



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 23 DE ABRIL DE 2026

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira](#)
[José António Ribeiro de Carvalho](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas.

Procedeu-se à discussão conjunta dos Projetos de Resolução n.ºs [28/XVII/1.ª](#) (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que implemente um programa alargado de rastreamento precoce de doenças oncológicas, [759/XVII/1.ª](#) (JPP) — Recomenda ao Governo o reforço do rastreio oncológico, da resposta assistencial e da proteção dos doentes oncológicos, [783/XVII/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo o reforço da literacia em saúde oncológica entre jovens e o desenvolvimento de estratégias baseadas em evidência para prevenção, vacinação e deteção precoce do cancro, [794/XVII/1.ª](#) (PAN) — Recomenda ao Governo a

implementação de um programa nacional de rastreio do cancro do pulmão, [810/XVII/1.ª](#) (CH) — Salvar vidas com prevenção: reforçar o diagnóstico precoce do cancro, [819/XVII/1.ª](#) (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de promoção e alargamento dos rastreios oncológicos, [821/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo o reforço e aceleração da implementação da Estratégia Nacional de Luta Contra o Cancro e do Programa Nacional para as Doenças Oncológicas, [825/XVII/1.ª](#) (BE) — Recomenda ao Governo que desenvolva e execute um programa alargado de rastreamento precoce de doenças oncológicas e garanta proteção financeira plena aos doentes

oncológicos durante o período de incapacidade para o trabalho, e [828/XVII/1.^a](#) (L) — Pela equidade territorial no acesso aos rastreios oncológicos. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Susana Correia](#) (PS), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Rui Paulo Sousa](#) (CH), [Ana Isabel Ferreira](#) (PSD), [Paula Santos](#) (PCP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Irene Costa](#) (PS), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Paulo Muacho](#) (L), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Alberto Machado](#) (PSD), [António Carneiro](#) (CH) e [Pedro Pinto](#) (CH).

Apreciou-se a Petição n.º [132/XVI/1.^a](#) (Centro de Vida Independente) — Vida Independente é para toda a gente!, em conjunto com os Projetos de Lei n.ºs [556/XVII/1.^a](#) (PS) — Reforça a resposta social, serviço de assistência pessoal de apoio à pessoa com deficiência ou incapacidade, assegurando a gratuidade da medida e [558/XVII/1.^a](#) (L) — Pela consagração do Modelo de Apoio à Vida Independente enquanto resposta social gratuita, na generalidade, e ainda os Projetos de Resolução n.ºs [762/XVII/1.^a](#) (CH) — Pela operacionalização de programas de vida independente para pessoas com deficiência, [786/XVII/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo o reforço e revisão do Modelo de Apoio à Vida Independente, garantindo a sua efetiva concretização, [817/XVII/1.^a](#) (PCP) — Pela revisão do Modelo de Apoio à Vida Independente e alargamento da rede CAVI, e [824/XVII/1.^a](#) (BE) — Pela defesa do Modelo de Apoio à Vida Independente que promova uma efetiva autonomia pessoal das pessoas com deficiência. Intervieram os Deputados [Patrícia Faro](#) (PS), [José Carvalho](#) (CH), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Filipe Melo](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Carlos Guimarães Pinto](#) (IL), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Filipe Sousa](#) (JPP) e [Joaquim Barbosa](#) (PSD).

Foi debatida a Petição n.º [175/XV/1.^a](#) (Luís Miguel de Melo Torres e outros) — Não deixamos matar o alojamento local e a economia local, juntamente com os Projetos de Lei n.ºs [557/XVII/1.^a](#) (BE) — Reposição de medidas de regulação do alojamento local em zonas de pressão habitacional (Altera o Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto e o Decreto-lei n.º 76/2024, de 23 de outubro) e [559/XVII/1.^a](#) (L) — Recupera o regime jurídico do alojamento local e retoma a contribuição extraordinária sobre o alojamento local, e os Projetos de Resolução n.ºs [811/XVII/1.^a](#) (CH) — Recomenda ao Governo a imediata disponibilização aos municípios das adequadas plataformas informáticas, visando a atualização dos alojamentos locais ativos nos seus territórios e [829/XVII/1.^a](#) (L) — Recomenda transparência na recolha e partilha de dados relativos aos

serviços de alojamento local e o uso desta informação em políticas de habitação e turismo. Usaram da palavra os Deputados [Fabian Figueiredo](#) (BE), [João Paulo Graça](#) (CH), [Jorge Pinto](#) (L), [Ricardo Moreira](#) (CH), [Humberto Brito](#) (PS), [Angélique Da Teresa](#) (IL), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Paula Santos](#) (PCP), [Gonçalo Lage](#) (PSD), [Frederico Francisco](#) (PS) e [Inês de Sousa Real](#) (PAN).

Procedeu-se ao debate da Petição n.º [32/XVII/1.^a](#) (Emanuel António Zambujo Boieiro e outros) — Pela revisão da tabela salarial dos enfermeiros, em conjunto com o Projeto de Lei n.º [560/XVII/1.^a](#) (L) — Garante o pagamento integral dos retroativos devidos aos enfermeiros ao abrigo da Lei n.º 51/2025, de 7 de abril, na generalidade, e com os Projetos de Resolução n.ºs [766/XVII/1.^a](#) (CH) — Pela justiça remuneratória dos enfermeiros e pela resolução nacional dos retroativos em dívida (2018-2021), [785/XVII/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que proceda à valorização salarial das carreiras de enfermagem para o ano de 2028, [818/XVII/1.^a](#) (PCP) — Valorização dos enfermeiros nas unidades públicas de saúde e [826/XVII/1.^a](#) (BE) — Atualização da tabela salarial e valorização da carreira de enfermagem. Proferiram intervenções os Deputados [Paulo Muacho](#) (L), [Cláudia Estêvão](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paula Santos](#) (PCP), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Vitor Guerreiro](#) (PS), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Liliana Fidalgo](#) (PSD), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Pedro Pinto](#) (CH).

Foi apreciada a Petição n.º [45/XVI/1.^a](#) (Eda Gonçalves Alves e outros) — Implementação do modelo belga de terapia fágica em Portugal, juntamente com os Projetos de Resolução n.ºs [784/XVII/1.^a](#) (PAN) — Recomenda ao Governo que fomente o estudo de terapias alternativas e complementares ao uso de antibióticos, designadamente a terapia fágica, [815/XVII/1.^a](#) (PS) — Recomenda ao Governo a implementação efetiva e coordenada da terapia fágica em Portugal, com base na Deliberação n.º 112/CD/2024, do Infarmed, [827/XVII/1.^a](#) (BE) — Promover o tratamento de infeções resistentes aos antibióticos e [830/XVII/1.^a](#) (L) — Recomenda ao Governo o acompanhamento da aplicação da Deliberação n.º 112/CD/2024 do Infarmed relativa à terapia fágica. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Eurídice Pereira](#) (PS), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Patrícia Gonçalves](#) (L), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Joana Cordeiro](#) (IL), [Sandra Ribeiro](#) (CH), [Joana Seabra](#) (PSD), [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) e [Paula Santos](#) (PCP).

A Presidente ([Teresa Morais](#)) encerrou a sessão eram 17 horas e 53 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está aberta a sessão.

Eram 15 horas.

Peço aos Srs. Agentes da autoridade o favor de abrirem as galerias, para o público poder assistir.

Pausa.

Estamos em condições de poder começar com a nossa ordem do dia. Dou a palavra ao Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, apenas informo a Câmara de que se encontram já, nos suportes institucionais da Assembleia da República, todas as iniciativas que deram entrada na Mesa desde a nossa última reunião.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado. Ainda antes de começarmos os nossos trabalhos, quero informar os Srs. Deputados que hoje é o dia de aniversário da Sr.^a Deputada Marina Gonçalves, que se encontra na última fila.

Aplausos gerais.

Aparentemente, há mais quem faça anos hoje, mas eu não tenho essa indicação. No caso da Deputada Marina Gonçalves, era por uma cumplicidade de círculo eleitoral, porque somos ambos de Viana do Castelo, e portanto eu sabia, do ponto de vista pessoal, mesmo sem estar informado pela bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Parece que o Sr. Deputado Bruno Ventura, do PSD, também tem a felicidade de fazer anos no mesmo dia da Sr.^a Deputada Marina Gonçalves.

Aplausos gerais.

Srs. Deputados, vamos, então, dar início ao primeiro ponto da nossa ordem do dia, que consiste na discussão conjunta dos Projetos de Resolução n.ºs 28/XVII/1.^a (CDS-PP) — Recomenda ao Governo que implemente um programa alargado de rastreamento precoce de doenças oncológicas, 759/XVII/1.^a (JPP) — Recomenda ao Governo o reforço do rastreio oncológico, da resposta assistencial e da proteção dos doentes oncológicos, 783/XVII/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo o reforço da literacia em saúde oncológica entre jovens e o desenvolvimento de estratégias baseadas em evidência para prevenção, vacinação e deteção precoce do cancro, 794/XVII/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo a implementação de um programa nacional de rastreio do cancro do pulmão, 810/XVII/1.^a (CH) — Salvar vidas com prevenção: Reforçar o diagnóstico precoce do cancro, 819/XVII/1.^a (PCP) — Recomenda ao Governo a adoção de medidas de promoção e alargamento dos rastreios oncológicos, 821/XVII/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo o reforço e aceleração da implementação da Estratégia Nacional de Luta Contra o Cancro e do Programa Nacional para as Doenças Oncológicas, 825/XVII/1.^a (BE) — Recomenda ao Governo que desenvolva e execute um programa alargado de rastreamento precoce de doenças oncológicas e garanta proteção financeira plena aos doentes oncológicos durante o período de incapacidade para o trabalho, e 828/XVII/1.^a (L) — Pela equidade territorial no acesso aos rastreios oncológicos.

Para apresentar a iniciativa do CDS-PP, dou a palavra ao Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Ainda ontem tivemos, durante toda a tarde, uma discussão neste Parlamento sobre o estado da saúde em Portugal e, em concreto, do Serviço Nacional de Saúde.

O CDS teve oportunidade, durante esse debate, de salientar que, entre as coisas que estão melhor e as coisas que ainda não estão melhor, há algo que tem de merecer a preocupação de quem conduz a política de saúde: a questão dos doentes oncológicos.

Assim, dissemos claramente que este Governo teve uma medida concreta relativa a esta matéria, o programa OncoStop, que teve resultados positivos e que respondeu a uma situação que tinha sido criada por os doentes oncológicos terem ficado para trás durante o período da pandemia.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Bem lembrado!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Dissemos também, nessa altura, que era importante que se conseguissem atingir alguns objetivos a partir daqui: que, terminado o programa OncoStop, não voltassem a acumular-se listas de espera com tempos de espera muito elevados, mas que, por outro lado, conseguíssemos ter medidas que trouxessem, ao nível do rastreio, uma maior intensificação ou uma maior deteção, em alguns casos, de algumas doenças oncológicas, para que o Serviço Nacional de Saúde possa responder melhor.

Ora, é exatamente sobre isso que o projeto de resolução que o CDS hoje aqui traz versa. É sobre o alargamento dos rastreios e um programa que, no Serviço Nacional de Saúde, mas, sempre que possível e necessário, também aproveitando as valências dos setores privado e social, consiga, nas três áreas em que os rastreios já existem de forma intensa — no cancro da mama, no cancro do colo do útero e no cancro do colo retal —, que se melhore o acesso a esses rastreios, e que se promova também em três novas áreas: no pulmão, na próstata e no cancro gástrico.

Isto resulta da informação que temos e dos dados que são relevantes, pois, segundo o registo oncológico nacional, entre 2018 e 2021, foram diagnosticados 60 000 novos casos por ano.

Por outro lado, também, embora os dados europeus indiquem que Portugal está na média europeia na incidência do cancro, há um indicador sobre a prevalência da doença que nos coloca em pior situação: em Portugal, nós temos 1910 casos por 100 000 habitantes de taxa de prevalência do cancro a cinco anos, o que já está bastante acima da média europeia.

É por isso que é essencial investir na questão da deteção precoce e é essencial insistir no rastreio. Porquê? Em primeiro lugar, por razões de equidade; porque, certamente, as pessoas merecem ter a oportunidade de, tão cedo quanto possível, caso tenham a infelicidade de ter esta doença, poderem ser acompanhadas e poderem ser tratadas.

Em segundo lugar, também pela própria gestão do sistema, pois um sistema que faz mais rastreios e que deteta mais cedo terá uma melhor gestão dos seus recursos para o tratamento e, sempre que possível, para a cura destes doentes.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A preocupação do CDS é exatamente esta: afetarmos bem os recursos a quem mais precisa. Os doentes oncológicos estão, certamente, na primeira linha daqueles que mais precisam e a deteção precoce da sua doença, a deteção em tempo útil e o tratamento adequado podem ser mais eficientes.

É, pois, sobre isso que aqui hoje apresentamos um projeto de resolução e é sobre isso que esperamos que todas as bancadas, que também têm projetos e contribuirão para este debate, contribuam, não só com a aprovação da nossa iniciativa, mas também das suas.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Chamo a atenção dos Srs. Deputados de que estava muito ruído no Hemiciclo, o que, aliás, já me foi referido. Eu fico sempre na dúvida, porque é sempre desagradável interromper o orador. Pedia atenção a essa matéria.

O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento da Sr.^a Deputada Susana Correia, do Partido Socialista, a quem dou a palavra.

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Pinho de Almeida, tenho uma questão relativamente à apresentação que fez do púlpito.

A primeira questão tem a ver com o programa OncoStop. Em que medida é que o OncoStop é um grande sucesso, uma vez que, neste momento, temos mais utentes em espera para cirurgia oncológica do que tínhamos na altura em que este OncoStop foi anunciado? Isto para não falar dos zero doentes que o Sr. Primeiro-Ministro prometeu.

Aplausos do PS.

A minha segunda questão tem a ver com a portaria de 1 de abril deste ano, sobre o tempo máximo de resposta garantido, que elimina um nível de prioridade, passando os doentes oncológicos muito prioritários de 15 dias para 30 dias, o que significa um adiamento, neste Tempo Máximo de Resposta Garantido, que aumenta o risco e que aumenta a progressão da doença.

O que é que nos tem a dizer sobre esta última portaria, que elimina um nível de risco, adiando o tempo de espera muito prioritário para os doentes oncológicos?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida. Tem 13 segundos, mais a tolerância.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Susana Correia, agradeço-lhe as questões. Não vou entrar naquela coisa de Governo anterior, Governo atual, culpas ou não culpas.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Ah...!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Este Governo recebeu uma situação com umas listas de espera tremendas, em relação à oncologia e às cirurgias. Resolveu aquilo que estava para trás e assumimos todos que o importante é que, depois de termos resolvido aquilo que foi herdado, não se volte a acumular.

Quanto aos tempos de espera, o importante é que o tempo seja cumprido, porque...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, porque as galerias também já estão devidamente preenchidas, dou a conhecer à Câmara que estão presentes, a assistir aos nossos trabalhos: alunos e professores do Agrupamento de Escolas Senhora da Hora, do Porto; alunos e professores da Escola Secundária Sebastião da Gama, de Setúbal; cidadãos da União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde; alunos e professores do Colégio Ribadouro, do Porto; alunos e professores do Agrupamento de Escolas Professor Lindley Sintra, de Lisboa; alunos e professores da Escola Dr. Azevedo Neves, da Amadora; alunos e professores da Escola Secundária Monserrate, de Viana do Castelo; alunos e professores da Escola EB 2,3 D. João de Portel; e um grupo de autarcas de Viana do Castelo, a convite da Sr.^a Deputada Marina Gonçalves, que vêm também partilhar o nosso dia de hoje na sessão plenária.

Estão todos presentes nas galerias.

Aplausos gerais.

Para apresentar a iniciativa do JPP, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quero deixar uma primeira nota para agradecer ao CDS-PP por trazer este tema à discussão.

Há momentos na vida em que tudo para, e o dia em que uma pessoa ouve a palavra «cancro» é um desses momentos. Para o tempo, para a respiração, para a tranquilidade de uma família inteira e, de repente, instala-se o medo, a incerteza, a angústia e uma luta diária que ninguém escolheu travar.

Ora, é precisamente nesses momentos — os mais duros, os mais frágeis, os mais dolorosos — que o Estado não pode falhar. Mas falha! Falha quando o diagnóstico não chega a tempo; falha quando os exames tardam; falha quando a primeira consulta demora mais do que devia; falha quando o tratamento, que devia ser uma prioridade absoluta, fica preso em atrasos, circuitos e burocracias. E falha também, ainda mais, quando, além da doença, o doente e a sua família são empurrados para o desgaste financeiro, emocional e social.

A verdade é esta: quem enfrenta uma doença oncológica não enfrenta apenas a dor física, enfrenta deslocamentos constantes, despesas acrescidas, perda de rendimento e segurança no emprego, desgaste psicológico e, muitas vezes, uma solidão esmagadora. Nenhum doente oncológico devia ter de provar, todos os dias, que merece ajuda, apoio e dignidade.

O nosso projeto de resolução é, acima de tudo, um apelo à consciência desta Assembleia e um apelo à responsabilidade do Governo. Temos de garantir apoio nas deslocamentos, temos de simplificar o acesso aos benefícios, temos de reforçar o apoio psicológico aos doentes e às famílias, temos de olhar para as pessoas não como números, não como vidas concretas, mas como rostos, como histórias, como mães, pais, filhos e avós que só querem uma oportunidade justa para lutar.

A política só faz sentido quando tem coração, quando é capaz de transformar sofrimento em importação, medo em esperança e abandono em resposta.

Hoje, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o que está em causa é saber se estamos à altura dessa responsabilidade. Que esta Assembleia esteja do lado certo, do lado da vida, da dignidade e da humanidade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Sousa, do Chega, para uma intervenção.

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Há notícias que passam e há números que ficam. Em Portugal, todos os dias, morrem quase 100 pessoas com cancro. Repito: quase 100. Isto não são números, são pessoas, são famílias, são casas onde, de um dia para o outro, tudo muda.

A verdade é simples: praticamente todos nós conhecemos alguém que passou por isto. E, quando acontece, há uma pergunta que surge quase sempre: e se tivesse sido descoberto mais cedo? É aqui que o sistema falha. Não falhamos por falta de conhecimento, falhamos porque não chegamos a tempo, porque alguém não foi chamado, porque o exame foi adiado, porque o sistema não chegou aonde devia.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Isto assim não pode continuar e, por isso mesmo, esta Assembleia tem de dar um sinal claro, não com discursos, não com justificações, mas com decisões.

Já chega de dizer que o Governo está a trabalhar, já chega de falar do passado. As pessoas não vivem de relatórios, vivem de respostas e, quando estas respostas não chegam, paga-se com vidas.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, os senhores tiveram a oportunidade de aprovar uma proposta do Chega para garantir baixas a 100 % dos doentes oncológicos e chumbaram-na, com votos contra do PSD, da Iniciativa Liberal e do CDS e a abstenção do Partido Socialista.

Aplausos do CH.

É uma vergonha. Pergunto-vos diretamente: não acham que já chega de chumbar boas propostas, só porque vêm de um partido diferente? É que, entre a vida e a morte, as pessoas querem viver e estão-se completamente nas tintas para os vossos jogos políticos.

O Chega volta hoje a apresentar uma proposta para reforçar o diagnóstico precoce do cancro — não para anunciar, não para fazer propaganda, mas para garantir o básico: que os rastreios funcionam, que chegam às pessoas certas e que há acompanhamento a sério.

Contudo, há um problema que não podemos ignorar: mais de um milhão e meio de portugueses não tem médico de família. Isto não é estatística, é abandono. São pessoas sem acompanhamento, sem prevenção,

sem diagnóstico a tempo. Quando essa base falha, tudo o resto falha: falha o diagnóstico, falha o tratamento, falha o Estado. E «prevenir» não é uma palavra bonita, prevenir é agir cedo, é informar, é evitar que as pessoas cheguem tarde demais.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, isto não é um tema para dividir. Nenhuma família quer saber de partidos, quando recebe um diagnóstico destes,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — ... quer saber é se ainda há tempo, se ainda há solução.

O que hoje aqui se pede é simples: olhem para esta proposta pelo que ela é e ignorem o logótipo. Pensem nos portugueses, pensem no que significa salvar vidas, evitar sofrimento, dar mais tempo a alguém e evitar aquela frase que ninguém esquece — «se tivéssemos descoberto mais cedo».

Se conseguirmos evitar isso, então temos a obrigação de tentar, porque no meio de tudo o resto que aqui discutimos, há coisas prioritárias e salvar vidas é mesmo uma delas.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento da Sr.^a Deputada Ana Ferreira, do PSD.

A Sr.^a **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Grupo Parlamentar do PSD agradece o tema trazido a debate, por se tratar, de facto, de uma matéria que merece uma reflexão séria e responsável e que muito preocupa este Governo.

Lamentavelmente, não é isso que se verifica na proposta apresentada pelo Chega. Porquê? Porque esta iniciativa é politicamente oportunista, redundante e completamente desalinhada com a realidade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do CH.

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): — Está a falar do CDS?

A Sr.^a **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Propõe medidas que já estão a ser implementadas, ignora o trabalho que está a ser feito, limitando-se a repetir o que este Governo já assumiu e já está a executar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.^a **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Hoje, este debate é mais um momento que confirma a convergência entre o Chega e o PS, que passou de matrimónio para parceria público-política.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Meu Deus!

A Sr.^a **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Por isso, pergunto, Sr. Deputado: como pretendem garantir a operacionalização das medidas propostas, sem um plano claro de reforço dos recursos humanos no Serviço Nacional de Saúde (SNS)? E de que forma foi avaliado o impacto financeiro global das medidas propostas, quer no SNS quer na Segurança Social, e quais as fontes de financiamento previstas?

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): — É da iniciativa do CDS que ela está a falar?

A Sr.^a **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Srs. Deputados, o que se exige aos partidos políticos aqui representados é que apresentem propostas coerentes, assentes na realidade e livres de populismo ou

demagogia política. Se o lema do PS é «olha para o que eu digo e não para o que eu fiz», já o Chega, se todos os problemas do País se resolvessem com vídeos no *TikTok*, seria o campeão nacional da governação.

Aplausos do PSD.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Rui Paulo Sousa...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Respeito! Não respeitam ninguém! Que vergonha!

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

O Sr. **Presidente**: — O pedido de esclarecimento foi ao Sr. Deputado Rui Paulo Sousa. Faça favor, Sr. Deputado, quando começar a responder, a coisa acalma.

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Ana Isabel Ferreira, de facto, acho que todos assistimos agora a um momento bastante triste do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Muito triste, mesmo!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Especialmente, atendendo a que o seu parceiro de coligação, o CDS-PP, também apresentou uma proposta.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): — Isso! Também tem uma proposta!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Portanto, penso que devia estar a referir-se também ao CDS, com certeza. Ah, não, a do CDS é diferente. Os doentes oncológicos a que se refere o CDS são diferentes dos que referem os outros partidos que aqui estão. Há uns doentes específicos do CDS.

Aplausos do CH.

É uma vergonha usarem uma questão destas para atacar dessa forma um partido político.

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): — Pois é!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Sabe, Sr.^a Deputada, quando nós apresentámos aqui as baixas a 100 % para os doentes oncológicos, também foi oportunismo, com certeza. Tudo o que seja para defender doentes oncológicos...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — ... ou evitar o cancro, para o PSD, é oportunismo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro!

Protestos da Deputada do PSD Ana Isabel Ferreira.

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Mas uma governação que ignora os seus doentes e ataca os outros partidos, que apenas os querem defender, só envergonha o vosso partido e o vosso Governo.

Aplausos do CH, tendo a Deputada do CH Cristina Vieira Henriques aplaudido de pé.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Agora vai fazer um *TikTok*!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP, para uma intervenção.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A realização dos rastreios oncológicos pode mesmo salvar vidas. Assegurar a sua cobertura em todo o território do nosso País é fundamental para alcançar este objetivo. São os profissionais que referem, vezes sem contas, a necessidade de se avançar nesse sentido, de uma forma firme e determinada, e que, efetivamente, se assegure esses rastreios oncológicos.

É nesse sentido que o PCP traz esta iniciativa, porque a realidade tem inúmeras assimetrias no nosso território, não só dentro daqueles rastreios que já hoje se realizam e, de facto, mesmo dentre esses, há rastreios que ainda são muito insuficientes e são em número reduzido.

Por isso é que nós propomos que seja assegurado, em todo o território, o rastreio do cancro da mama, do rastreio do cancro do colo do útero e o rastreio do cancro do cólon e reto. Consideramos também que é importante assegurar a formação, por parte dos profissionais, sobre estas matérias, assim como dotar as unidades locais de saúde dos meios e recursos para este objetivo e a possibilidade até — porque bem sabemos da vida profissional dos utentes — de poder haver horários alargados para a realização destes rastreios.

Os números são, de facto, avassaladores. Não só, no nosso País, as doenças oncológicas são um dos principais motivos de morte, como os cancros, e muitos desses resultam de cancros que têm já rastreios oncológicos de base populacional. Portanto, queremos colocar o foco aqui.

Há necessidade, também, de assegurar o tratamento e o devido acompanhamento, por parte dos doentes oncológicos, mas hoje, neste debate, queremos centrar o nosso foco, de facto, na deteção precoce do cancro.

Todas as Sr.^{as} e todos os Srs. Deputados conhecem os dados, conhecem a realidade e sabem como isso pode ser determinante não só — e comecei a minha intervenção a fazer a referência — para salvar vidas, mas também para evitar sequelas maiores, no futuro, para os cidadãos e para os utentes.

Rejeitamos, e foi, de facto, inacreditável ter ouvido aqui o PSD fazer referência aos impactos financeiros, numa matéria como esta.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade, é verdade!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Nós sabemos o peso que as doenças oncológicas têm, sabemos o impacto do ponto de vista físico, mas também psíquico, não só nos doentes, mas também nas suas famílias. Vir aqui evocar argumentos economicistas, numa matéria em que se deveria fazer tudo o que esteja ao alcance, por parte do Governo, para assegurar os cuidados de saúde que estes doentes devem ter é, de facto, inacreditável.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Isso só demonstra como, da parte do PSD, há opções que são, de facto, absolutamente inaceitáveis, relativamente a estas matérias.

Nós esperamos que seja possível haver avanços significativos. Consideramos também que pode haver rastreios para outros tipos de cancro. Sim, havendo evidência científica que demonstre essa vantagem, devem também ser realizados. Não podemos aceitar que para o PSD, mais uma vez, são as questões económicas que prevalecem, em relação às questões de saúde. Isso, para nós, é profundamente inaceitável.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Parece-nos que os números é que deveriam incomodar a bancada do PSD e não as iniciativas apresentadas por todas as demais forças políticas.

Efetivamente, quando temos, em Portugal, dados que são gritantes, como é o caso de termos, por dia, cinco mulheres que morrem para o cancro da mama, torna-se urgente não só que os partidos se manifestem, mas também que o Governo, acima de tudo, comece a atuar, que é o que não tem feito.

No que diz respeito ao cancro — que continua a ser, infelizmente, uma das principais causas de morte em Portugal —, representa não apenas um enorme desafio humano, mas também um teste à capacidade do nosso sistema de saúde em prevenir, detetar e diagnosticar precocemente e tratar com eficácia.

No combate ao cancro, investir mais cedo é sinónimo de salvar mais vidas. Para o PAN, o investimento tem de começar na literacia da saúde junto dos jovens, com jovens mais informados que possam adotar comportamentos mais saudáveis, reconhecer sinais de alerta e aderirem também a programas de rastreio. Ignorar esta realidade é perpetuar desigualdades e perder oportunidades na prevenção.

Por isso, o PAN hoje propõe que haja um reforço da vacinação contra o HPV (vírus do papiloma humano), incluindo estratégias de *catch-up*, porque cada jovem não vacinado é um risco evitável no futuro. Na mesma linha, defendemos o reforço de adesão aos rastreios oncológicos, com comunicação mais eficaz e acesso equitativo, garantindo que ninguém é deixado para trás.

Mas queremos ir mais longe. Com base em evidência científica, queremos avaliar modelos inovadores, baseados no risco individual e soluções como a autocolheita.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, neste debate, também não podemos esquecer um dos enormes flagelos da doença oncológica: o cancro do pulmão. Este destaque é importante, porque o nosso País diagnostica o cancro do pulmão tarde demais. A evidência é clara: o rastreio com TAC (tomografia axial computadorizada) de baixa dose salva vidas e Portugal não pode continuar para trás. É urgente que tenhamos, de uma vez por todas, um programa nacional estruturado, transparente e monitorizado.

O Parlamento tem hoje a oportunidade e a responsabilidade de prevenir, diagnosticar e contribuir para que seja mais cedo, com base na ciência. Saibamos aproveitar este debate para concretizar em ação concreta.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Irene Costa, do Partido Socialista.

A Sr.^a **Irene Costa** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O cancro continua a ser uma das principais causas de morte em Portugal. Estamos a falar de mais de 60 000 novos casos por ano e de milhares de vidas que dependem muitas vezes de uma única coisa: chegar a tempo. É exatamente por aqui que este debate tem de começar — não na teoria, não nas intenções, mas naquilo que hoje falha no terreno e não permite chegar a tempo.

Hoje temos programas de rastreio, mas sabemos que a adesão continua aquém do necessário — cerca de 50 % no cancro da mama, cerca de 60 % no colo do útero e apenas 14 % no rastreio do cancro colorretal.

Sabemos também que há desigualdades territoriais — com regiões onde o acesso simplesmente não chega a todos —, com diferenças tão marcantes como 86 % de cobertura no Norte e apenas 8 % em Lisboa e Vale do Tejo no rastreio do cancro colorretal.

Sabemos igualmente que, mesmo quando o diagnóstico acontece, o sistema nem sempre responde com a rapidez exigida. Sabemos ainda que mais de metade dos doentes com suspeita de cancro ultrapassam os tempos máximos de resposta para a primeira consulta.

É porque sabemos deste cenário que discutimos hoje, da esquerda à direita, várias propostas: umas, que defendem o alargamento imediato dos rastreios; outras, que põem o foco na prevenção ou na literacia.

Mas há uma pergunta que se coloca: de que serve alargar, se não garantimos primeiro que o sistema responde?

É precisamente aqui que o projeto do Partido Socialista faz a diferença. O nosso ponto de partida é claro. Portugal já tem uma estratégia, a Estratégia Nacional de Luta contra o Cancro 2030. Já tem um instrumento, o

Programa Nacional para as Doenças Oncológicas. E tem também estruturas criadas para garantir a sua execução, como o Núcleo de Coordenação Nacional dos Programas de rastreio oncológico de base populacional.

Portanto, o problema não é a falta de um plano ou de uma estratégia. O problema é a falta de execução, a falta de articulação entre estas estruturas e o ritmo da monitorização.

É isto que o projeto do Partido Socialista vem corrigir.

Primeiro, porque propõe acelerar a execução da estratégia nacional, com metas claras, calendarização e avaliação pública — já que, sem resultados visíveis, não há confiança no sistema.

Segundo, porque pretende reforçar o que já existe, garantindo qualidade, cobertura, equidade nos rastreios do cancro da mama, colo do útero e colorretal, e assegurar que todos os cidadãos são chamados e acompanhados, todos sem exceção, tenham ou não médico de família — pois não ter médico de família não pode significar ficar fora do rastreio.

Aplausos do PS.

Terceiro, porque propõe que se avance para novos rastreios, do pulmão, da próstata, gástrico, mas assegurando a capacidade de resposta do SNS para diagnóstico e tratamento — uma vez que criar expectativas sem resposta é falhar duas vezes.

Quarto, porque propõe a resolução de uma das maiores fragilidades do sistema, que é a falta de articulação entre os diferentes níveis de cuidados, com rastreios ligados ao sistema de informação de cuidados de saúde primários, com convocatórias automáticas e com referência eficaz, de forma a evitar que o utente se perca pelo caminho.

Quinto, porque pretende garantir tempos de resposta adequados, desde a suspeita até ao início do tratamento. Isto porque, no cancro, o tempo não é um detalhe, é a diferença entre tratar e já não conseguir tratar.

Finalmente, porque pretende reforçar aquilo que permite decidir melhor, dados fiáveis e atualizados, através de um Registo Oncológico Nacional que seja robusto.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o que diz este projeto é simples: não basta anunciar mais, é preciso fazer melhor, fazer mais depressa e fazer para todos.

Por isso, não faz sentido alargar os rastreios quando ainda não conseguimos garantir que o que existe funciona no terreno e chega a todos. É aqui que temos de atuar. Temos de reforçar o SNS, organizá-lo e pô-lo a funcionar para que os rastreios cheguem mesmo a todos com tempo e com qualidade.

É precisamente isto que o projeto do Partido Socialista exige: execução, integração e responsabilidade.

Deixamos assim o apelo claro a todas as bancadas para que se juntem a esta solução do Partido Socialista — uma solução que não é apenas de um partido, mas que é para as pessoas e para o País, porque, no combate ao cancro, cada dia conta.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o diagnóstico de cancro paralisa a vida de qualquer pessoa, mas em Portugal a esse medo soma-se, infelizmente, também uma angústia, que é completamente evitável, e por isso cruel, e que por isso mesmo deve acabar: não saber se há dinheiro para pagar a casa ou a comida no final do mês.

A ciência é clara. O *stress* financeiro compromete a recuperação e sabota a terapêutica. Não é retórica, é medicina, é evidência científica.

Imagine-se um país onde o preço da habitação não para de aumentar, onde o combustível e os bens essenciais pesam cada vez mais para quem tem um salário inteiro.

Imaginem, Srs. Deputados, pelo que passa quem, de um momento para o outro, começa a receber apenas 55 % do seu rendimento. Pedir a um doente oncológico que trate da sua vida com mais de um terço do rendimento cortado não é apenas injusto, é um obstáculo clínico.

A baixa médica para doentes oncológicos tem de ser paga a 100 %. É o mínimo. Não é um privilégio, é mesmo uma necessidade terapêutica. É garantir que a única batalha que esse nosso concidadão trava é pela sua vida e não contra qualquer dificuldade financeira. É garantir que não tem de travar ao mesmo tempo a batalha pela vida e a batalha para pagar a prestação ao banco, as contas da escola, as contas da casa, as contas do supermercado.

Prevenir, é certo, salva vidas, mas tratar com dignidade protege-as. Precisamente por essa razão, o Estado não pode cortar o rendimento a uma pessoa quando esta mais precisa da segurança do Estado.

É por isso que trazemos uma vez mais a proposta para garantir a baixa médica a 100 % para os doentes oncológicos. É altura para, de uma vez por todas, a Assembleia da República a aprovar.

Aplausos do L e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caros Concidadãos nas galerias: A deteção precoce do cancro, como já foi aqui referido hoje, é uma das intervenções mais eficazes que o Serviço Nacional de Saúde pode assegurar às pessoas. Ela permite salvar vidas, reduzir a morbilidade e a mortalidade associadas à doença oncológica e, ao mesmo tempo, poupar recursos ao Serviço Nacional de Saúde. No entanto, em Portugal, o acesso a esta ferramenta essencial continua a depender, em demasiados casos, do local de residência de cada pessoa.

Existem programas organizados de rastreio oncológico, enquadrados no Programa Nacional para as Doenças Oncológicas e na Estratégia Nacional de Luta contra o Cancro, mas os relatórios mais recentes mostram um panorama desigual quer entre tipos de cancro quer entre territórios.

Segundo um estudo da Escola Nacional de Saúde Pública, as pessoas residentes no Norte e no Alentejo têm cerca de menos 30 % de probabilidade de realizar os rastreios oncológicos recomendados, quando comparadas com quem vive na Área Metropolitana de Lisboa. Nos territórios de baixa densidade populacional, a escassez de profissionais de saúde, as dificuldades de transporte e a distância aos serviços tornam-se barreiras ao acesso a um direito básico: o diagnóstico precoce.

Isto significa, em termos práticos, que há pessoas em Portugal cuja probabilidade de sobreviver a um cancro depende do sítio onde vivem. Significa que, apesar de termos metas nacionais e estruturas de coordenação, a cobertura universal dos rastreios oncológicos ainda está longe de ser uma realidade. Significa também que o Estado está a falhar no que lhe é exigido: garantir que ninguém é discriminado no acesso à saúde por razões de residência ou de condição socioeconómica.

É para dar resposta a esta situação que o Livre apresenta hoje um projeto de resolução pelo reforço da equidade territorial no acesso aos rastreios oncológicos.

Com esta iniciativa, propomos que a Assembleia da República recomende três linhas de ação ao Governo: garantir o acesso universal aos programas de rastreio oncológico; reforçar os meios técnicos e os recursos humanos nas regiões com menor cobertura, e isso inclui o recurso a unidades móveis de rastreio e a mecanismos de transporte de utentes; e reforçar as ações de informação e sensibilização, assegurando que a informação chega às comunidades onde a cobertura e a adesão são mais baixas.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o local de residência de uma pessoa não pode determinar o seu acesso a cuidados de saúde.

Já temos metas ambiciosas para 2030, e bem. Falta garantir que elas não ficam apenas no papel e são cumpridas de uma forma efetiva e igual para todas as pessoas.

Aplausos do L e do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal.

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Os rastreios são, obviamente, uma parte importante da resposta à doença oncológica, pois permitem diagnosticar mais cedo e, com isso, melhorar os resultados presentes e futuros. Contudo, há um ponto que me parece importante trazer a este debate, porque, olhando para as várias propostas que aqui discutimos e com as quais concordamos, há uma tendência evidente: a de querer alargar os rastreios ou criar novos rastreios.

Só que a questão que se coloca é: será esse o principal problema?

A verdade é que já temos programas de rastreio implementados — para o cancro da mama, para o cancro do colo do útero e para o cancro colorretal — e, mesmo nesses, continuamos a ter níveis de adesão baixos, bem como desigualdades no acesso. Há pessoas que não fazem o rastreio, há pessoas que nem chegam a ser convocadas, existem situações em que o seguimento não acontece como deveria. Ou seja, o problema não se resolve apenas com mais programas, mais rastreios; é preciso depois garantir que eles funcionam. Isso, obviamente, implica várias coisas. Implica conseguir chegar às pessoas, implica ter capacidade de resposta depois de um resultado positivo e implica garantir que todo o percurso, desde o rastreio até ao tratamento, vai acontecer em tempo útil. Por isso, mais do que discutirmos novos rastreios, temos de olhar para aqueles que já existem e perceber onde é que estão a falhar, para resolver essas falhas.

Depois, há outro ponto que acho importante destacar, nesta Assembleia. A decisão sobre quais os rastreios a implementar não deve ser uma decisão política, mas sim uma decisão técnica, baseada em evidência, em avaliação dos benefícios e riscos, e depois na capacidade do sistema — porque um rastreio não é apenas um exame; é, na realidade, tudo o que vem a seguir ao rastreio. Portanto, se o sistema não conseguir dar resposta, então, na realidade, não estamos a resolver problema algum.

Por conseguinte, Sr.^{as} e Srs. Deputados, mais do que discutir que rastreios existem ou que devem existir, temos de garantir a qualidade daqueles que já temos.

É preciso garantir cobertura efetiva, é preciso reduzir todas as falhas que existem e é preciso assegurar que todos os doentes têm a resposta de que precisam, quando precisam e sempre que precisam, porque é isso que faz a diferença.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Machado, do PSD.

O Sr. **Alberto Machado** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O combate ao cancro exige seriedade e sentido de responsabilidade. É precisamente esse o caminho que o Governo tem vindo a fazer. Menos proclamação e mais execução. Menos improvisado e mais método. Menos voluntarismo avulso e mais política pública assente em evidência.

Aplausos do PSD.

Estão em apreciação vários projetos que traduzem preocupações legítimas, mas importa dizer com clareza que, em larga medida, o essencial do que é proposto já está a ser concretizado pelo Governo, que assumiu desde o início que as doenças oncológicas constituem uma prioridade, desde logo com o Plano de Emergência e Transformação na Saúde, que coloca a oncologia como um dos pilares centrais, entre outras medidas, com a dinamização dos rastreios já existentes e o alargamento a outros cancros, sendo exemplos o do pulmão, próstata e gástrico.

Nunca um Governo apostou tanto em rastreios como este está a fazer. Este Governo não se ficou por enunciados, está a ser proativo e estratégico. É o contraste total com o Governo socialista, que desenvolveu no papel a Estratégia Nacional de Luta contra o Cancro, Horizonte 2030, desenhada para o decénio 2021-2030, mas só a conseguiu aprovar no final de 2023. Três anos perdidos numa estratégia de papel.

Já o Governo da AD (Aliança Democrática), em dois anos, com meses de gestão e umas eleições antecipadas pelo meio, transformou prioridades estratégicas em medidas concretas e adaptadas à capacidade instalada do País.

Criou a Comissão Executiva em outubro de 2024 e publicou a Portaria n.º 99/2026/2, no início deste ano, onde está estabelecido o modelo de funcionamento dos rastreios de base populacional, reforçando a articulação entre a DGS (Direção-Geral da Saúde), a Direção Executiva e as unidades de saúde.

Ou seja, o Governo não está parado. Definiu regras, clarificou responsabilidades e criou condições para tornar mais equitativa a resposta em todo o território.

Também a nível dos rastreios já existentes, houve decisões concretas. No cancro do colo do útero, o enquadramento técnico foi atualizado, com o programa a abranger mais mulheres, agora dos 30 aos 69 anos. No rastreio do cancro da mama, o alargamento para os 45 anos permitiu aumentar o universo de mulheres abrangidas. E, no cancro do cólon e reto, prossegue a uniformização do modelo de implementação, com base em orientação normativa recente.

Mas há um ponto essencial que deve distinguir uma política pública séria de uma soma de boas intenções parlamentares em matéria de rastreios oncológicos: alargar não é apenas anunciar. Alargar exige evidência científica, exige capacidade instalada, exige circuitos assistenciais preparados. Foi exatamente essa opção de responsabilidade que o Governo seguiu.

Veja-se o caso do cancro do pulmão. Em vez de ceder à tentação do anúncio fácil, o Governo decidiu avançar com projetos-piloto no SNS, que já estão em curso na Unidade Local de Saúde de Gaia/Espinho e na Unidade Local de Saúde Santa Maria, precisamente para testar modelos, avaliar resultados e garantir que a futura expansão assenta em evidência e não em impulso político.

A Sr.^a **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Alberto Machado** (PSD): — É assim que se governa com seriedade. Se calhar, era bom que alguns dos partidos nesta Casa estivessem mais atentos no terreno e fizessem menos demagogia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Alberto Machado** (PSD): — Importa, por isso, reconhecer o mérito da ação governativa. Este Governo está a reforçar os rastreios existentes, a reduzir assimetrias, a preparar novas respostas e a fazê-lo com método, com base científica e com responsabilidade.

É esse o caminho certo: não o da recomendação redundante, não o da ilusão legislativa, mas o da execução concreta e sustentada, em prol da saúde dos portugueses.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente:** — O Sr. Deputado tem três pedidos de esclarecimento, não vai é ter tempo para esclarecer.

De qualquer maneira, vou dar a palavra, para o primeiro pedido de esclarecimento, ao Sr. Deputado António Carneiro, do Chega.

O Sr. **António Carneiro** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, ontem tentaram passar a ideia de que o Chega só sabe pedir mais, mais e mais, como se pedir melhores resultados na saúde fosse um exagero — não é! É, no mínimo, o que as pessoas esperam. E os factos dizem exatamente o contrário.

O Governo liderado pelo PSD anunciou reforçar rastreios oncológicos nos cuidados de saúde primários, mas criou modelos, aprovou portarias, lançou projetos-piloto, tudo no papel. Quando olhamos para o terreno, os resultados continuam longe do que era suposto.

Por isso, sim, pedimos mais prevenção, que saibam quem deve ser rastreado. Essas pessoas devem ser chamadas a tempo. Isso não é complicar, é organizar.

Por isso, a pergunta, Sr. Deputado Alberto Machado, é: com isto tudo que anunciaram, o que é que mudou mesmo na prática? O que é que hoje está melhor para um cidadão que precisa de um rastreio?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

O Sr. **António Carneiro** (CH): — E há uma incoerência política e moral de que o PSD não se livra. Sr.^{as} e Srs. Deputados do PSD, dessa bancada, quando tiveram a oportunidade de apoiar doentes oncológicos, no momento mais difícil das suas vidas, reprovaram o subsídio de doença a 100 %. Foi uma escolha e falharam aos portugueses!

Aplausos do CH.

Falharam no antes, porque não asseguraram uma prevenção eficaz; falharam no durante, porque recusaram proteger quem enfrenta a doença.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o problema não é exigir mais. O problema é continuar a entregar menos daquilo a que os portugueses têm direito.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para o segundo pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Susana Correia, do Partido Socialista.

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Alberto Machado, eu pensava que ia corrigir a trajetória errada que a sua colega de bancada tinha iniciado.

Protestos da Deputada do PSD Ana Isabel Ferreira.

A minha pergunta é se considera como redundante, falta de seriedade, demagogia e impulso político uma recomendação do CDS. Pergunto se é assim que classifica a iniciativa do CDS, companheiro de Governo de V. Ex.^a, que agendou este debate.

Aplausos do PS.

A pergunta é se considera que a iniciativa do CDS tem falta de seriedade e redundância.

A Sr.^a **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Não! A do Chega!

A Sr.^a **Susana Correia** (PS): — E, já agora, convido o Sr. Deputado a votar a favor das iniciativas...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para o terceiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Alberto Machado, permita-me cumprimentá-lo pela sua intervenção. Só há uma coisa que não percebi: se os doentes oncológicos são uma prioridade da maioria de que o Sr. Deputado faz parte, porque é que chumbou a baixa médica a 100 %?

Acha que o comum dos portugueses que tem o infortúnio de ter uma doença oncológica consegue fazer frente às despesas normais que tem na sua vida com 55 % do seu rendimento, Sr. Deputado? Essa é que é a questão que se coloca. É nesta altura que o Estado tem de estar presente. É para isso que as pessoas fazem descontos para a segurança social.

Portanto, deixo-lhe o desafio, para que esta sexta-feira viabilize todas as propostas, de uma vez por todas, e que o Governo garanta a baixa a 100 %.

O Sr. **Presidente**: — Por cedência de tempo por parte da IL para o PSD, o Sr. Deputado Alberto Machado dispõe de 48 segundos para poder responder a este conjunto de pedidos de esclarecimento.

O Sr. **Alberto Machado** (PSD): — Sr. Presidente, uns falam para os *TikToks*, outros falam do passado.

Vozes do CH: — Outra vez?!

O Sr. **Alberto Machado** (PSD): — Outros falam do passado.

Protestos do CH.

O Governo da AD faz e cumpre. Em matéria de doenças oncológicas, este Governo está a cuidar dos portugueses. Nunca um Governo fez tanto pelos rastreios como este está a fazer em Portugal.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não respondeu a nada! Não tem resposta!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Pedro Pinto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Ó Sr. Deputado Alberto Fonseca, eu não podia deixar de fazer esta intervenção...

Vozes do PSD: — Machado!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Alberto Machado, peço desculpa.

Ó Sr. Deputado, aqui não é para os *TikToks*, é para as pessoas, para as pessoas que infelizmente morrem com cancro! É para as pessoas, Sr. Deputado, para as pessoas, não é para os *TikToks*! Esqueçam os *TikToks*, governem para as pessoas!

Aplausos do CH.

É que os senhores não governam para as pessoas. Os senhores são insensíveis. É o Governo mais insensível que existe em Portugal. É o seu, Sr. Deputado, é o seu!

Aplausos do CH.

Aliás, até assistimos, aqui, à primeira grande briga da coligação PSD/CDS. Pode ser que seja, felizmente, o princípio do fim.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Machado, dispondo de 23 segundos.

O Sr. **Alberto Machado** (PSD): — Sr. Presidente, o projeto de resolução do CDS acrescenta e, por isso, votaremos favoravelmente.

A Sr.^a **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Muito bem!

Risos do CH.

O Sr. **Alberto Machado** (PSD): — Eu vou convidar o Sr. Deputado Pedro Pinto a ir comigo à ULS (unidade local de saúde) de Gaia/Espinho...

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Exatamente!

O Sr. **Alberto Machado** (PSD): — ... para ver os rastreios em funcionamento...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Miguel Guimarães** (PSD): — Estão lá!

O Sr. **Alberto Machado** (PSD): — ... e para ver como este Governo está a trabalhar em prol da saúde dos portugueses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eu convido-o a ir ver as pessoas que estão a morrer com cancro nos hospitais, sem ajuda! Não sabem do que estão a falar!

Protestos do Deputado do PSD Alberto Machado.

O Sr. **Presidente:** — Para encerrar o debate, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, que dispõe de 2 minutos.

Continuação de protestos do Deputado do PSD Alberto Machado e contraprotestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. Deputado Pedro Pinto e o Sr. Deputado Alberto Machado combinam no corredor a ida à ULS.
Faça favor, Sr. Deputado João Almeida.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O tema do debate é muito relevante, e a forma como as iniciativas foram apresentadas foi correta e importante como contributo, ainda que possam existir divergências. O pior que podíamos fazer era terminar este debate sobrepondo disputas, divergências político-partidárias, àquilo que são soluções concretas.

Não seria verdade se disséssemos que este Governo não fez nada e que não tem avançado, e isso, nalgumas críticas que foram feitas, da oposição, é profundamente injusto. O programa OncoStop teve resultados e resolveu um problema que este Governo herdou. Mesmo em relação à questão concreta que estamos hoje aqui a discutir, que é a questão dos rastreios, os mesmos já foram alargados. Em relação a algumas das preocupações que alguns dos projetos aqui trazem — a questão da distribuição territorial, a questão etária, a questão do tipo de cancro —, já houve várias medidas tomadas por este Governo que têm consequência direta para salvar vidas.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso é que é importante.

Agora, a questão é esta: nós, quando temos esta realidade, ou sentamo-nos, temos uma lógica contemplativa e achamos que está tudo resolvido, ou continuamos a trabalhar todos os dias para resolver. Da parte desta maioria, do PSD, do CDS, do Governo, nós continuamos certamente a trabalhar todos os dias, seja no âmbito do Governo, seja no âmbito de iniciativas parlamentares.

Portanto, o que é de esperar, ainda mais numa Assembleia que não tem uma maioria absoluta, é que, da parte da oposição, haja também uma capacidade para estar à altura deste tipo de discussão, reconhecendo — não precisam de dar os parabéns nem de agradecer! — aquilo que vai sendo feito e conseguindo acrescentar, para que, exatamente, as soluções possam ser melhores.

Quanto a nós, a lógica da votação de todas as iniciativas na sexta-feira será exatamente essa: dar sequência a um trabalho que está a ser feito pelo Governo, mas, certamente, sempre que seja possível acrescentar, fazemo-lo também.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Assim termina este ponto da ordem do dia.

Vamos passar para o segundo ponto, que consiste na apreciação da Petição n.º 132/XVII/1.^a (Centro de Vida Independente) — Vida Independente é para toda a gente!, conjuntamente com os Projetos de Lei n.ºs 556/XVII/1.^a (PS) — Reforça a resposta social serviço de assistência pessoal de apoio à pessoa com deficiência ou incapacidade, assegurando a gratuidade da medida, e 558/XVII/1.^a (L) — Pela consagração do Modelo de Apoio à Vida Independente enquanto resposta social gratuita, na generalidade, e os Projetos de Resolução n.ºs 762/XVII/1.^a (CH) — Pela operacionalização de programas de vida independente para pessoas com deficiência, 786/XVII/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo o reforço e revisão do Modelo de Apoio à Vida Independente, garantindo a sua efetiva concretização, 817/XVII/1.^a (PCP) — Pela revisão do Modelo de Apoio à Vida Independente e alargamento da rede CAVI e 824/XVII/1.^a (BE) — Pela defesa do Modelo de Apoio à Vida Independente que promova uma efetiva autonomia pessoal das pessoas com deficiência.

Estão vários peticionários a assistir nas galerias a este ponto da nossa ordem do dia.

Pedia que a mudança de lugares nas bancadas se fizesse com a celeridade recomendável.

Pausa.

Srs. Deputados, para a primeira intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Patrícia Faro, do Partido Socialista.

A Sr.^a **Patrícia Faro** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Saúdo os subscritores da petição «Vida Independente é para Toda a Gente!» aqui presentes, pela força, pela clareza dos vossos argumentos, que levaram a que hoje tenhamos, aqui, várias propostas e iniciativas legislativas de quase todas as representações parlamentares. Por isso, um enorme bem-haja.

Relativamente ao Partido Socialista, o nosso compromisso com a promoção da autonomia e da inclusão para responder da melhor forma às reais necessidades das pessoas com deficiência não é, efetivamente, de hoje.

Em 2017, com um Governo do Partido Socialista, criámos o Modelo de Apoio à Vida Independente. Já na oposição, em dezembro de 2025, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou um projeto legislativo abrangente, com vista à consolidação do modelo, incluindo o alargamento do acesso sem condições de recurso. Recentemente, esta semana, promovemos uma audição pública, «Viver com Autonomia: estratégias para uma vida independente», e nessa sessão reunimos entidades do setor, especialistas e representantes da sociedade civil para debater políticas e soluções que reforcem os direitos da pessoa com deficiência. Com esta iniciativa também reforçamos que construir políticas públicas é com as pessoas, com os beneficiários dessas políticas.

Por isso, trazemos hoje uma nova proposta, um projeto de lei que visa assegurar duas coisas concretas. Primeiro: garantir que as horas da assistência pessoal não são taxadas de acordo com os rendimentos pessoais ou familiares das pessoas com deficiência, assegurando, assim, a sua gratuidade. Segundo: garantir a abertura de novas vagas nesta resposta, seja apenas pela criação de novos CAVI (Centros de Apoio à Vida Independente) em zonas não cobertas do território, seja através do alargamento do número de horas previsto nos acordos de cooperação celebrados com os CAVI já em funcionamento.

Só assim será possível dar resposta às longas listas de espera existentes, que, nos dois anos do Governo da AD, não contaram com qualquer alargamento.

Aplausos do PS.

Só assim será possível reverter para um direito o apoio assistencialista que querem dar ao serviço de assistência pessoal. Só assim combatemos as alterações propostas, em relação a este serviço e ao próprio modelo.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Partido Socialista fez acontecer e deu uma resposta. Nesses famigerados oito anos de governação socialista, que a oposição tanto gosta de atacar, estivemos na conceção e implementação de um modelo de intervenção, e hoje poderíamos e devíamos estar aqui a discutir como melhorar esta resposta: alargando-a progressivamente a novos beneficiários, conferindo acesso a mais horas de alguns desses beneficiários/destinatários, melhorando as condições remuneratórias dos assistentes pessoais. Na verdade, não estamos. Estamos aqui hoje a discutir se a vida independente, enquanto resposta social, subsiste ou se é vetada ao seu fim pelo atual Governo, retirando a estas pessoas a vida que, entretanto, tinham conseguido finalmente viver.

Aplausos do PS.

Consideramos que só há cidadania plena com independência e autonomia, e estaremos do lado de todas as iniciativas hoje aqui apresentadas que cumpram esse objetivo.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada tem um pedido de esclarecimento e, para o fazer, tem a palavra o Sr. Deputado José Carvalho, do Chega.

O Sr. **José Carvalho** (CH): — Sr. Presidente, um cumprimento, se me permitem, aos peticionários aqui presentes, e obrigado, acima de tudo, pelo vosso exemplo no combate pela defesa da vida, um valor essencial.

Sr.^a Deputada Patrícia Faro, hoje abordamos assuntos fundamentais, liberdade e justiça social, mas também acolhimento, acompanhamento e, acima de tudo, um sim decisivo ao valor da vida, assuntos que a todos nos devem unir e nunca dividir. Afinal, são assuntos que apontam ao futuro e, quando falamos de futuro, falamos desta bancada de 60 Deputados, que representam, cada vez mais, aos olhos dos portugueses, esse símbolo de futuro, de esperança e de confiança.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **José Carvalho** (CH): — Sr.^a Deputada, no projeto que aqui traz, o Partido Socialista pede aquilo que, durante anos, não foi capaz de concretizar. Precisamos é de perceber se este projeto é uma tardia emenda por aquilo que não fizeram ou um pedido de desculpas aos peticionários e às famílias portuguesas.

Da nossa parte, Sr.^a Deputada, o Chega já não está preocupado em fazer julgamentos políticos, uma vez que o nosso bom povo português já os tem feito, derrotando aqueles que não souberam realizar e reforçando aqueles que estão dispostos a concretizar.

Finalmente, Sr.^a Deputada, uma pergunta simples: o Partido Socialista está disposto a votar favoravelmente a nossa proposta?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, a Sr.^a Deputada tem 2 segundos, mais a tolerância. Dispensó os cumprimentos.

A Sr.^a **Patrícia Faro** (PS): — Sr. Presidente, obrigada pela questão, Sr. Deputado. Efetivamente, hoje acho que aquilo que interessa é melhorarmos a vida das pessoas com deficiência e dar-lhes essa verdadeira autonomia.

Não compreendi a questão porque, como disse, estivemos na conceção e na implementação...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, também para uma intervenção.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para quê? Três minutos para quê?! Ninguém merece! Jorge, podias fazer alguma coisa!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Como é que é ser vereador à distância?!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caros Concidadãos nas galerias, em especial os cidadãos que representam o Centro de Vida Independente, muito obrigada pela oportunidade de estarmos aqui hoje a discutir esta petição e, por arrasto, discutirmos as iniciativas dos vários partidos.

Este é um tema que, na sua essência, é uma questão de direitos humanos, de dignidade, de cidadania. E é-o através de um modelo de resposta social inovadora que é determinante para as pessoas com deficiência: o modelo de apoio à vida independente.

Neste Parlamento têm acontecido audições a várias organizações e associações sobre este modelo e sobre o serviço prestado pelos centros de apoio à vida independente. Ouvimos associações, equipas, especialistas, mas gostaria de destacar o testemunho dos beneficiários. De uma forma muito clara, expuseram que o apoio prestado pelos assistentes pessoais é essencial para conseguirem fazer as suas atividades diárias: tarefas domésticas, acompanhamento a consultas, atos médicos, deslocações para o trabalho, eventos familiares e de lazer, bem como a possibilidade de ter intervenção cívica, que é tão importante para todos nós.

Aliás, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, das Nações Unidas, consagra o direito a viver de forma independente e a ser incluído na comunidade. Contudo, continua a existir uma distância significativa entre esse compromisso que Portugal assumiu e a sua concretização.

A transição do apoio para a vida independente para resposta permanente em 2024 foi um passo importante, mas está longe de ser suficiente. Continuam as listas de espera, as dificuldades das entidades gestoras, os problemas de financiamento e de previsibilidade e pessoas com deficiência que não têm acesso a este serviço. Ou seja, temos um modelo reconhecido como essencial, mas que ainda não chega a todas as pessoas que dele necessitam.

As posições assumidas pelo Governo e pelo PSD não nos sossegam. Apesar de, ontem, a Sr.^a Secretária de Estado da Ação Social e da Inclusão ter afirmado que o Governo não cortará apoios à vida independente, também afirmou que o alargamento do apoio à vida independente deve ser analisado para aferir a sua sustentabilidade. Isto depois de o PSD ter apresentado uma proposta, no último Orçamento do Estado, que põe a hipótese da aplicação de condição de recursos, ou seja, de fazer depender o apoio de uma análise da condição financeira, o que contraria o espírito da convenção e levanta riscos sérios de discriminação.

Protestos da Deputada do PSD Helga Correia.

O apoio à vida independente é um direito que não deve depender de nada, exceto da óbvia necessidade de garantir uma vida autónoma. Aliás, foi também aprovada, no último Orçamento do Estado, uma proposta do Livre que estabelece que o modelo definitivo de apoio à vida independente é implementado através do financiamento da assistência pessoal, integralmente suportado pelo Estado.

E, porque estamos a falar de um direito que deve ser garantido de forma universal e sem qualquer barreira de acesso às pessoas com deficiência, a proposta que o Livre hoje aqui apresenta pretende garantir estes princípios ao atualizar o decreto-lei com os avanços estabelecidos por portaria para o MAVI (Modelo de Apoio à Vida Independente) para que, no decreto-lei, conste de forma explícita a gratuitidade do serviço, o financiamento estável pelo Orçamento do Estado, o alargamento da cobertura territorial e também o aumento do número de beneficiários.

O apoio à vida independente demonstrou de forma clara aquilo que as pessoas com deficiência sempre disseram — que a assistência pessoal não é um luxo; é uma condição essencial para viver com autonomia, para participar na comunidade, para exercer os direitos em igualdade. É, por isso, um instrumento de liberdade e é obrigação de todos os decisores políticos assegurá-lo.

Aplausos do L e da Deputada do PS Patrícia Faro.

O Sr. **Presidente**: — Para apresentar a iniciativa do Chega, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começava por agradecer aos peticionários este enorme ato de cidadania. Cidadania essa que não precisava de existir se o Governo soubesse cumprir o seu papel de garante da igualdade entre os portugueses.

Mas, como o Governo não garante essa igualdade, há dinheiro para tudo neste País. Há dinheiro para os observatórios das migrações, do racismo, da xenofobia, dos LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgénero), mas para as pessoas com deficiência nunca, nunca há verba.

Aplausos do CH.

Falam em inclusão. Se eu não me sinto bem como homem, se quero ser mulher, para ser incluído na sociedade o Estado paga; se eu não escolhi ter deficiência mas nasço com essa deficiência, o Estado já não quer pagar.

Aplausos do CH.

Protestos do L e da Deputada do PS Júlia Rodrigues.

Quando o Estado se demite do papel que lhe é conferido, é um mau Estado. É um Estado onde não dá prazer viver.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, vida independente para toda a gente. As pessoas com deficiência têm de ter o direito a escolher onde, como e com quem querem viver, e é o Estado que tem de assegurar a garantia dessa liberdade de escolha. Não tem de impor viver com familiares só porque estes têm posses financeiras. Isso é sonegar um direito que é adquirido por estas pessoas.

Deixem-me concluir com uma nota ao Partido Socialista. Foi o mentor e desenvolveu esta ideia. Foi ineficaz, foi insuficiente e hoje vem aqui tentar lavar a cara. Srs. Deputados do Partido Socialista, podem tentar.

Srs. Deputados do PSD, podem tentar também. Serão sempre iguais. Vocês trabalham para as capas de jornais. Trabalhem para as pessoas com necessidades.

Protestos da Deputada do PS Patrícia Faro.

Sejam humanos; sejam, de uma vez por todas...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, gostaria de começar por saudar os petiçãoários que nos trazem em tema a petição sobre o centro de vida independente.

Mas, antes de ir ao tema que hoje nos traz aqui nesta petição, não posso deixar de referir que, em pleno século XXI, é lamentável assistirmos nesta Casa a quem entenda que se constrói uma sociedade de respeito, de empatia e de inclusão colocando uns contra os outros.

Aplausos do PS, do L e do BE.

Não é o financiamento das pessoas da comunidade LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgénero, queer, intersexuais e assexuais) que retira o dinheiro para a vida independente.

Aplausos do PS, do L e do BE.

A Sr.^a **Patrícia Faro** (PS): — Claro!

Protestos do CH.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Não é o financiamento para os direitos das mulheres, nem tão-pouco para o combate aos discursos de ódio, de não-discriminação, que retira o dinheiro às pessoas com deficiência. São precisamente as políticas erradas que dão dinheiro a *lobbies* que não deveriam, neste momento, estar a sugar dinheiros públicos,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Quais?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — As touradas?!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... ou que até desperdiçam dinheiro para o combate à corrupção, ao invés de nos centrarmos na qualidade de vida das pessoas.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Querias um cheque-dentista para as galinhas, não?!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Por isso mesmo, porque podemos construir uma sociedade de respeito, que não deixe ninguém, sem exceção, para trás, é que hoje um dos projetos que aqui nos traz e que impulsiona o desenvolvimento deste modelo deve ser o centro de atenção deste debate, sem criar trincheiras.

Por isso, Sr.^{as} e Srs. Deputados, para responder às preocupações dos quase 9000 petiçãoários que assinaram esta petição, o PAN traz ao debate uma iniciativa que promove que seja revista a Portaria n.º 415/2023, que deu origem ao modelo de apoio à vida independente. Procuramos assim garantir que é assegurado o respeito pelos princípios de autonomia da pessoa com deficiência e da sua inclusão na comunidade, bem como garantir o controlo na sua assistência pessoal.

Por outro lado, queremos também que as pessoas com deficiência sejam ouvidas e participem na revisão, implementação e avaliação deste modelo e que tenham o devido acompanhamento, de forma a garantir a qualidade e adequação na sua assistência pessoal.

Propomos ainda o alargamento da rede de Centros de Apoio à Vida Independente, de forma a não deixar ninguém para trás, sem resposta, e assegurar que seja efetivada a proposta aprovada pelo PAN, no âmbito do Orçamento do Estado para 2026, garantindo que seja efetivado o financiamento necessário para o alargamento e concretização do Modelo de Apoio à Vida Independente.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, sabemos que há um trabalho na especialidade. Só assim poderemos respeitar a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas e também a própria Constituição da República Portuguesa — que bem sabemos que alguns aqui querem rasgar.

Aplausos do L, do BE e de Deputados do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O que me preocupa é que a Inês já fez três intervenções, e não falou de touradas.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Nem do cheque-dentista para as galinhas!

Protestos da Deputada do PAN Inês de Sousa Real.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, uma saudação aos subscritores da petição «Vida Independente é para toda a gente!», que deu impulso às iniciativas em discussão neste Parlamento e contribuiu para valorizar o debate sobre os direitos das pessoas com deficiência.

Os direitos das pessoas com deficiência são matéria muito cara ao PCP, com um histórico de posicionamentos, propostas e iniciativas, e na qual continua a intervir.

Os direitos e garantias consagrados na Constituição da República não são, não podem ser, um proforma. Têm de ser levados a sério, em particular pelos decisores políticos.

Em pleno século XXI, a vida das pessoas com deficiência continua a ser muito difícil. Faltam políticas públicas robustas, escasseiam investimentos em meios que permitam às pessoas com deficiência viver com dignidade nas suas próprias habitações e nas suas comunidades. Faltam recursos humanos e técnicos na educação especial na escola pública, faltam saídas para os jovens com deficiência, faltam apoios na formação profissional e no emprego, faltam meios e vagas em Centros de Apoio à Vida Independente.

Concretizar uma vida autónoma e independente, com acesso ao apoio em CAVI, de cobertura nacional e acesso a assistentes pessoais, é transportar para a vida das pessoas com deficiência verdadeiras medidas de combate à discriminação e à exclusão; é garantir o acesso ao trabalho e à proteção social, à saúde, à educação, à habitação, à cultura, ao desporto e à participação ativa na vida política e social; é levar a lei à prática e romper com as opções assistencialistas e caritativas que representam o retrocesso.

Com os planos de ação da Estratégia para os Direitos das Pessoas com Deficiência 2026-2030 ficou clara a gritante insuficiência da resposta pública e a curteza de vistas quanto ao cumprimento da legislação, designadamente quanto ao acesso a assistentes pessoais. Como alertaram, entretanto, organizações das pessoas com deficiência, nos próximos cinco anos, apenas 70 pessoas por ano terão acesso à assistência pessoal, ou seja, serão necessários 13 anos para responder a todas as pessoas que hoje estão em lista de espera.

Com o seu projeto de resolução, o PCP aponta medidas de financiamento e alargamento da resposta em CAVI para todas as necessidades. É o caso da execução das verbas do orçamento para o Modelo de Apoio à Vida Independente, da revisão dos acordos de cooperação com o aumento dos valores de financiamento, da revisão da retribuição de assistentes pessoais e do reforço do número destes profissionais.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, se faz favor, também para uma intervenção.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, cumprimento os peticionários presentes na Galeria, com especial atenção para o Sr. Arquiteto Jorge Falcato, ex-Deputado desta Câmara, principal responsável pela existência da Lei da Vida Independente no nosso País e, também, pelo facto de a Assembleia da República hoje estar adaptada para as pessoas com deficiência.

Aplausos do Livre, do PCP e de Deputados do PS.

O direito à vida independente existe, mas, como aqui nos recorda uma vez mais, só no papel; não existe na vida, para quem precisa dele.

A assistência pessoal funciona — ficou provado desde o projeto-piloto que o Bloco de Esquerda propôs, em 2016, da autoria de Jorge Falcato —, o problema não é técnico, é político, falta vontade de financiar.

O Governo aprovou, há poucas semanas, uma estratégia para 2026-2030 sem dinheiro comprometido, sem metas anuais, sem resposta às pessoas que estão hoje em lista de espera. Uma estratégia que é, na prática, um documento para adiar — diga-se a verdade às pessoas com deficiência.

Isto não é aceitável. As pessoas com deficiência têm o direito de decidir sobre as suas próprias vidas. Não são terceiros que decidem melhor por elas, são as próprias que sabem o que é melhor para elas. É isso que diz a convenção que Portugal ratifica e, na verdade, é o que a nossa Constituição nos obriga a fazer. E é isso que o Governo, infelizmente, continua a ignorar, de forma sistemática.

Propomos hoje: financiamento garantido no Orçamento do Estado, livre escolha do assistente pessoal, centros de apoio aumentados, eliminar as listas de espera até 2027, e garantir acesso universal até 2030 — com metas, com dinheiro, com responsabilidade.

Sim, a vida independente tem mesmo de ser para toda a gente.

Aplausos de Deputados do PS e do Livre.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Carlos Guimarães Pinto, da Iniciativa Liberal, tem a palavra. Faça favor.

O Sr. **Carlos Guimarães Pinto** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há uns anos perguntaram à antropóloga Margaret Mead qual o primeiro sinal de civilização da história. A resposta não foi a invenção da roda, do fogo ou da escrita; a resposta foi um fémur partido.

O primeiro sinal de que uma civilização existiu é um esqueleto com 15 000 anos de uma pessoa que teve uma lesão debilitante, mas que cicatrizou completamente; aquela pessoa viveu meses sem se conseguir alimentar ou defender sozinha, mas a comunidade garantiu que aquela pessoa sobrevivia.

Hoje, para nos considerarmos uma civilização não basta garantir que pessoas com uma limitação física ou mental possam sobreviver. É preciso garantir que podem viver. Viver como pessoas livres, viver como querem, onde querem e com quem querem.

É esta a lógica do modelo de vida independente: em vez de financiar instituições que gerem pessoas, financia as próprias pessoas, para que possam viver uma vida livre.

Podia vir aqui apelar ao nosso interesse próprio, dizer que um dia qualquer um de nós pode estar nesta situação, qualquer um de nós pode vir a ter um pai, um irmão, um filho nesta situação. Podia dizer que retirar a liberdade a estas pessoas significa perder um capital humano imenso que nos serve a todos, que serve a economia do País. Podia dizer tudo isto, mas, para defender a vida independente das pessoas com deficiência, basta uma só palavra que nos deveria unir a todos: liberdade. Viver sem liberdade não é viver, é sobreviver.

Em 15 000 anos, a definição de civilização mudou. Não basta garantir a sobrevivência a quem tem uma deficiência, é preciso garantir uma vida em liberdade. Até porque é duvidoso que exista verdadeiramente vida se não for em liberdade.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Paulo Nuncio, do CDS-PP, tem a palavra. Faça favor.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo também por cumprimentar os peticionários pela petição que trouxeram a este Parlamento e que nos permite hoje discutir este tema tão importante.

Ninguém escolhe ter uma deficiência, nem à nascença nem ao longo da sua vida. Ninguém merece ser discriminado, precisamente, em virtude dessa deficiência.

Ao longo dos últimos anos, tem havido uma unanimidade entre os partidos, no sentido de que são precisas mais medidas para apoiar as pessoas com deficiência, para lhes proporcionar uma efetiva inclusão na vida em

sociedade. Mas, nada disto importa verdadeiramente se as medidas não saírem do papel e se, na prática, a vida destas pessoas não mudar.

O CDS tem um longo historial de medidas de apoio às pessoas com deficiência, não só quando assumiu, e assume, responsabilidades governativas, designadamente no Ministério do Trabalho e da Segurança Social, mas também quando apresentou propostas neste Parlamento, quando ocupou o seu lugar na oposição.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o último inquérito de monitorização da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência tem um conjunto de dados bastante preocupantes: 30 % das pessoas acredita que a maioria das pessoas com deficiência prefere viver de apoios do Estado, 90 % afirma que as pessoas com deficiência sofrem frequentemente discriminação, e cerca de 27 % concorda que a presença de crianças com deficiência na sala de aulas prejudica a aprendizagem das outras. São dados que não podemos ignorar.

Há muito por fazer, mas também acho que estamos no caminho certo, fundamentalmente, através de uma aplicação e execução atempada, certa e rigorosa da nova Estratégia Nacional para a Inclusão de Pessoas com Deficiência, aprovada por este Governo.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em primeiro lugar, saúdo os peticionários e quero dizer que a petição em discussão é um direito claro e legítimo.

Quando falamos de vida independente, não estamos a falar de um favor do Estado. Estamos a falar do direito básico de cada pessoa poder mandar na sua própria vida. Estamos a falar de liberdade, estamos a falar de dignidade e estamos a falar de humanidade.

Há pessoas com deficiência que continuam à espera daquilo que nunca deveria ter sido adiado: o apoio necessário para viverem com autonomia, para escolherem quem as ajuda, para estudarem, trabalharem, constituírem família e participarem plenamente em comunidade.

É por isso que não podemos roubar-lhes mais tempo. Não lhes roubem mais escolhas, não lhes roubem mais vida, porque vida independente pode ser um privilégio de alguns; mas tem de ser, acima de tudo, um direito de todos nós. Por isso, espero que este Parlamento, em unanimidade, apoie todas as iniciativas agora em discussão.

O Sr. **Presidente**: — A Mesa não tem mais inscrições... Ai tem?

Então o Sr. Deputado Joaquim Barbosa, do PSD, tem a palavra, para uma intervenção.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Para quê?!

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O PSD saúda e está solidário com os peticionários que, num exercício de cidadania, trazem ao Parlamento o tema da vida independente.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Mas não há dinheiro...!

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — A forma como cuidamos das pessoas com deficiência diz tudo sobre o País que somos e, sobretudo, sobre o País que queremos ser.

O MAVI, Modelo de Apoio à Vida Independente, assenta numa lógica de autonomia, de capacitação e de plena inclusão.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — E há dinheiro para isso?!

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — A assistência pessoal não é um favor, é um instrumento de liberdade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — É isto que importa reconhecer. Mas, reconhecer não basta e é preciso também garantir.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Mas há dinheiro para isso?!

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — É aqui que importa separar com rigor duas fases distintas: a fase da criação e a fase da consolidação.

O Partido Socialista criou um projeto-piloto, tornou-o em política pública, mas não garantiu a sua sustentabilidade...

A Sr.^a **Patrícia Faro** (PS): — Não tivemos tempo!

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — ... e deixou partes do território sem cobertura. Assentou o modelo em financiamento comunitário, com prazo apenas até fevereiro de 2027. O PS não assegurou a sua continuidade estrutural, não assegurou a sua cobertura nacional e deixou lacunas evidentes no território.

Vozes do PSD: — Bem lembrado!

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Criou expectativas legítimas, mas não criou condições para lhes dar resposta duradoura. O PS criou, mas não consolidou e agora tenta disfarçar.

O que este Governo está a fazer é o oposto. Está a transformar um projeto limitado numa política pública com garantias de futuro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi ontem dito, de forma absolutamente inequívoca, pela Sr.^a Secretária de Estado da Ação Social e da Inclusão, Clara Marques Mendes, o seguinte: «É falso o Governo impor condição de recurso no acesso à assistência pessoal». Repito: é falso, é falso, é totalmente falso!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — E mais, a Sr.^a Secretária de Estado denunciou, com inteira razão, a forma como esta narrativa foi construída, afirmando que não se brinca com a condição das pessoas, não se brinca, nem se faz política a todo o custo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Então para de brincar! Então acordaste da sesta para dizer isso?!

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Estas palavras não são apenas uma crítica política, são um alerta ético. É que o que vimos foi a oposição alimentar o medo, gerar insegurança e instrumentalizar pessoas particularmente vulneráveis para criar um facto político. Isto não é aceitável.

Minhas Sr.^{as} e Srs. Deputados, este Governo não se limita a desmentir, age. E age com objetivos claros. Desde logo, garantindo que não corta o financiamento aos CAVI, aos centros de apoio à vida independente, garante também a sua cobertura no território nacional.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Isto significa chegar a distritos que estavam excluídos, significa cumprir um princípio base de equidade. E agir significa, também, garantir a sua sustentabilidade em estreita parceria com o setor social e solidário.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, a verdade é esta: havia um modelo incompleto, desigual e financeiramente vulnerável, e há hoje um Governo que o está a consolidar, a alargar e a tornar sustentável.

A sociedade inclusiva não é uma opção, mas é antes uma obrigação. E este é o nosso compromisso.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Estavas tão bem a dormir!

Protestos da Deputada do PSD Helga Correia.

O Sr. **Presidente**: — Termina assim este ponto dois.

Sr.^a Deputada Patrícia Faro, pede a palavra para que efeito?

A Sr.^a **Patrícia Faro** (PS): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente, sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — À Mesa!

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr. **Patrícia Faro** (PS): — Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista pretende distribuir a Proposta de Lei n.º 37, uma proposta de aditamento ao Orçamento do Estado, entregue pelo Grupo Parlamentar do PSD e do CDS-PP, onde referem, precisamente, que «ponderam a aplicação da condição de recurso de modo a tornar a atribuição do apoio mais justo e equilibrado».

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Vamos então para o ponto três, que consiste na apreciação da Petição n.º 175/XV/1.^a (Da iniciativa de Luis Miguel de Melo Torres Marques e outros) — Não deixamos matar o alojamento local e a economia local, juntamente com os Projetos de Lei n.ºs 557/XVII/1.^a (BE) — Reposição de medidas de regulação do alojamento local em zonas de pressão habitacional (Altera o Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto e o Decreto-lei n.º 76/2024, de 23 de outubro) e 559/XVII/1.^a (L) — Recupera o regime jurídico do alojamento local e retoma a contribuição extraordinária sobre o alojamento local e os Projetos de Resolução n.ºs 811/XVII/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo a imediata disponibilização aos municípios das adequadas plataformas informáticas, visando a atualização dos alojamentos locais ativos nos seus territórios e 829/XVII/1.^a (L) — Recomenda transparência na recolha e partilha de dados relativos aos serviços de alojamento local e o uso desta informação em políticas de habitação e turismo.

Estão também vários peticionários a assistir aos nossos trabalhos na galeria. E se já estamos em condições de começar, então, dava a palavra ao Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda, para apresentação do Projeto de Lei n.º 557/XVII/1.^a (BE) — Reposição de medidas de regulação do alojamento local em zonas de pressão habitacional (Altera o Decreto-Lei n.º 128/2014, de 29 de agosto e o Decreto-lei n.º 76/2024, de 23 de outubro). Faça favor.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Governo não é consistente e coerente em todas as pastas. No caso da habitação, em cada medida que toma, aumenta o preço da habitação. Apresentou e implementou o programa «Construir Portugal», o preço da habitação aumentou.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não é verdade!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Alterou o quadro fiscal que enquadra as rendas e as casas, aumentou o preço da habitação. Desregulou o turismo excessivo, nomeadamente o alojamento local, o preço da habitação voltou a aumentar. E, não por acaso, a habitação está hoje 17,6 % mais cara, o maior aumento desde que há registo.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Mas, recordemos, quando se tomaram medidas de contenção, de regulação, em que se combinou o desenvolvimento urbano harmonioso entre o turismo e a restante economia, o preço da habitação desceu. O Governo ignorou este facto, resultado: nunca os portugueses pagaram tanto pela casa.

O projeto de lei que nós hoje propomos pretende revogar as medidas erradas da AD e voltar a introduzir bom senso na lei, regulando o turismo em termos que favoreçam a economia local, as cidades, as nossas vilas, garantindo que o turismo contribui para a economia e que o seu excesso não cria dificuldades aos trabalhadores portugueses, à larga maioria da população portuguesa.

Por isso, se de cada vez que o Governo intervém, o preço das casas aumenta, é preciso, de facto, que a Assembleia da República intervenha para que, de uma vez por todas, voltemos a ter em Portugal políticas públicas que têm como preocupação baixar o preço das casas.

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, só não interrompi porque é sempre aborrecido interromper, mas não estava a ter qualidade de audição. O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado João Graça, do Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é possível! O PSD é só conversar, conversar! Conversar é no café!

O Sr. **João Paulo Graça** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, na vida, por vezes, «devemos dar um passo atrás para dar dois passos à frente».

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Está a citar Lenine!

O Sr. **João Paulo Graça** (CH): — Mas não nos parece que estas alterações e repristinações apresentadas sejam a solução para o flagelo da habitação em Portugal.

Deixe-me lembrar um programa do PS que dava pelo nome de Mais Habitação,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **João Paulo Graça** (CH): — ... que iria responder à crise no setor imobiliário e garantir maior acesso à habitação em Portugal. Sabe qual foi o resultado? De mais habitação, passámos a menos habitação e de maior acesso, passámos para habitações mais caras, um *flop* total. Destruíram a confiança dos investidores e proprietários no mercado de arrendamento, sem resolver o problema estrutural da falta de construção e oferta de casas.

Mas, Sr. Deputado, os seus motivos não revelam a necessária consistência, nem a existência de uma relação causa-efeito, que tenda a beneficiar o alojamento e adequadas respostas à falta de habitação, ou seja, a iniciativa está descontextualizada, não apresenta argumentos que promovam o deferimento para com o retrocesso e alterações à legislação em vigor.

Em virtude disso, deixo-lhe as seguintes perguntas: sabe a importância que teve este setor na reabilitação de centros históricos degradados e na dinamização do comércio de proximidade?

Que garantias tem de que essas casas transitam automaticamente para o mercado de arrendamento tradicional? E por fim, acha que estes — chamemos-lhe retrocessos/alterações legislativas — atraem investimento e estabilidade para quem quer investir?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, fazendo jus ao seu apelido, a sua intervenção teve graça.

Não estava preparado esta tarde para ouvir a bancada do Chega a citar Lenine,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pensavas que era o Robles?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... mas é mais uma novidade que fica registada para a posteridade. Em relação ao resto, tenho todo o gosto em fazer-lhe chegar o estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos — não é propriamente um *think tank* próximo do meu partido, como saberá — que diz que as medidas que foram tomadas para regular o alojamento local, não só disponibilizaram mais casas, como fizeram baixar o preço da habitação.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não é nada verdade!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Podia ter pedido por *e-mail*, terei todo o gosto em fazer-lhe chegar esse estudo, porque, sim, nós precisamos de tomar medidas que funcionam, é por isso mesmo que apresentámos estas medidas. Espero que o Chega vote a favor.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso é que é leninismo!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre, para uma intervenção de apresentação do projeto de lei do seu partido.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E o Robles?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E a Livermore?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Robles!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Já que estamos a falar em apelidos, tenho mais!...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Cumprimento também os peticionários, porque mesmo quando em desacordo, como é o caso, é importante a participação cidadã e que cheguem a nós também propostas da cidadania. E nós não concordamos com o teor desta petição por uma razão muito simples, é que uma boa parte daquilo que aqui é pedido já foi implementado pelo Governo. Uma boa parte desta desregulamentação já foi implementada pelo Governo e o resultado é apenas um: casas para vender, casas para arrendar, mais caras, mais caras, mais caras.

É que estas propostas da petição e do Governo estão em contraciclo com o que têm sido as melhores práticas europeias em locais como Barcelona, Paris ou até em Nova Iorque, onde medidas restritivas ao alojamento local têm sido tomadas, seja a limitação de novas licenças, seja pela não renovação das existentes, precisamente para responder à crise habitacional.

O Livre já se opôs a estas propostas de alteração do Governo em boa hora, numa proposta, numa iniciativa de cessação de vigência, infelizmente rejeitada. Hoje, ainda assim, voltamos à carga. E voltamos à carga para pedir que se restabeleça ou que se corrija esta desregulação na lei e que se restabeleça a restrição à emissão de novos registos e também a reintrodução da contribuição extraordinária,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Ora!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — ... como esteve anteriormente na lei.

Mas, Sr.^{as} e Srs. Deputados, temos também um outro projeto, um projeto que se prende com os dados que são necessários para termos boas políticas públicas. Dados essenciais para sabermos, com rigor, coisas tão simples como quantos alojamentos locais e em que sítios é que existem, de facto. Um exemplo, aqui bem perto da nossa Assembleia da República,...

O orador exibiu o documento que mencionou.

... um alojamento, quiçá indicado com um número de licença mas, quando procuramos por esse número de licença no Registo Nacional de Estabelecimentos de Alojamento Local, ele está registado no Distrito de Viseu. Isto é um problema, porque nós, quando não sabemos ao certo quantos alojamentos locais temos, não conseguimos legislar e ter uma imagem clara daquilo que é o problema.

E é precisamente por isso que defendemos a plena aplicação do Regulamento (UE) 2024/1028, que estabelece um quadro para a recolha e partilha de dados relativos a serviços de arrendamento ao alojamento de curta duração, porque só assim, com esta informação, poderemos reforçar a fiscalização, melhorar a articulação entre plataformas e integrar estes dados nas estatísticas oficiais. Porque, no fundo, aquilo de que aqui se trata é de um direito, o direito a algo tão básico como uma habitação e é também isso que está aqui hoje em causa.

Aplausos do L e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Também para a apresentação da iniciativa do seu partido, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Moreira, do Chega.

O Sr. **Ricardo Moreira** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Antes de mais, saúdo os peticionários que trazem a esta Casa a luta por esta atividade que é o alojamento local. O projeto de resolução que o Chega apresenta hoje aqui incide sobre a falha objetiva na gestão do alojamento local: a ausência de dados atualizados e fiáveis por parte dos municípios.

As recentes alterações legislativas devolveram às autarquias competências relevantes na regulação deste setor, incluindo a definição de áreas de contenção e de crescimento sustentável. No entanto, essa responsabilidade não está a ser acompanhada pelos meios técnicos indispensáveis ao seu exercício.

Neste momento, muitos municípios não dispõem de plataformas informáticas adequadas que permitam identificar, com rigor, os alojamentos locais efetivamente ativos. Sem informação consolidada, não é possível definir políticas proporcionais, nem avaliar corretamente o impacto do alojamento local no mercado habitacional. Os dados mais recentes demonstram que uma parte significativa dos registos existentes se encontram desatualizados, o que evidencia a necessidade urgente de um processo sistemático de atualização.

Importa também referir que a falta de articulação entre sistemas e a dispersão de informação por diferentes identidades, dificulta a construção de uma visão integrada do setor. Esta realidade reduz a capacidade de resposta das autarquias e atrasa a implementação de medidas ajustadas à realidade atual.

Por outro lado, a exigência legal de verificação periódica de requisitos, como o seguro de responsabilidade civil, reforça a necessidade de instrumentos digitais que permitam o cruzamento automático de dados e a atualização contínua dos registos, reduzindo a dependência de processos manuais suscetíveis de erros.

Perante este enquadramento, o que se impõe não é uma nova alteração legislativa, mas sim a operacionalização eficaz do quadro já existente. A disponibilização de plataformas informáticas adequadas constitui uma condição básica para garantir transparência, rigor e previsibilidade na atuação pública.

Assim, ao recomendar ao Governo que assegure, com carácter de urgência, estes meios técnicos às câmaras municipais, estamos a propor uma medida de execução direta, que contribui para uma regulação mais informada, mais consistente e mais alinhada com a realidade do território.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Entramos agora no período das intervenções. Tem a palavra o Sr. Deputado Humberto Brito, do Partido Socialista. Faça favor.

O Sr. **Humberto Brito** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quero também começar por cumprimentar e agradecer aos cidadãos esta iniciativa cívica e que fizeram esta petição. Quero dizer verdadeiramente que o alojamento local não é o problema; a ausência de regras, essa sim, é o problema.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Humberto Brito** (PS): — E a AD passou os últimos dois anos a destruir estas regras, uma a uma. Lembrem-se de, em 2004, o Sr. Primeiro-Ministro, nesta Assembleia, dizer e anunciar o fim da suspensão das licenças,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Extraordinário! Até impostos criaram!

O Sr. **Humberto Brito** (PS): — ... o fim da contribuição extraordinária, o fim da caducidade das licenças — três sinais ao mercado, três duros golpes no mercado da habitação.

E o que é que tivemos durante estes dois anos do Governo da AD? Os preços da habitação subiram mais de 30 %, do norte ao centro, ao sul, às ilhas, por todo o País. Em 2025, foi mesmo o maior aumento...

Protestos de Deputados do PSD.

... de que há registos em Portugal.

Voz do PS: — Exatamente!

O Sr. **Humberto Brito** (PS): — Repito, em 2025, foi mesmo o maior aumento do custo da habitação em Portugal de que há memória.

Voz do PS: — Bem lembrado!

O Sr. **Humberto Brito** (PS): — Alojamento sem regras, preços a disparar. Coincidência? Não. Opção política? Sim.

E os jovens saem de casa aos 30 anos, três anos acima da média europeia.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Aos 34!

O Sr. **Humberto Brito** (PS): — O *Eurostat* é claro, a crise da habitação é a causa: 30 anos, três anos de atraso, uma geração inteira em suspenso.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, eu já nem pergunto onde é que está a AD que tudo criticava nos últimos oito anos dos governos do PS, eu faço a pergunta que todos os portugueses lá fora fazem: o que é que estiveram a fazer nos últimos oito anos?

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Certo!

Protestos de Deputados do PSD.

O Sr. **Humberto Brito** (PS): — Oito anos a criticar, zero anos — zero anos a prepararem-se para governar Portugal.

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — É verdade! Exatamente!

Protestos do Deputado do PSD Bruno Ventura.

O Sr. **Humberto Brito** (PS): — E as consequências estão aqui, à vista de todos!

Protestos de Deputados do PSD.

Nós, no PS, e relativamente ao alojamento local, dizemos sim. Sim ao alojamento local, sim ao turismo, mas com regras; e por isso,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Peçam desculpa!

O Sr. **Humberto Brito** (PS): — ... entendemos que os municípios têm aqui um papel fundamental na definição do número de lugares para o alojamento local. São eles que conhecem rua a rua, bairro a bairro, eles é que devem decidir onde é que este alojamento local pode existir.

Por isso, nós sabemos o seguinte, a AD liberalizou,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Fala com o teu Grupo Parlamentar!

O Sr. **Humberto Brito** (PS): — ... os preços explodiram!

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, dois anos da AD a destruir Portugal, dois anos da AD a empobrecer os portugueses.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Angélique Da Teresa, da Iniciativa Liberal, para uma intervenção.

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: As propostas do Livre e do Bloco de Esquerda mostram seis evidências.

Primeira, votar Bloco de Esquerda ou Livre é a mesma coisa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Já sabia!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Olá!...

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Segunda, os municípios passaram a fazer os seus próprios regulamentos, mas o Bloco/Livre acha que o poder local não serve para nada. Portanto, ou acham que os autarcas deste País são incompetentes ou então estão ressabiados,...

Vozes do PCP: — Oh!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — ... porque não têm implantação local.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — A Iniciativa Liberal é um poderio autárquico!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Terceiro, escolheram o alojamento local como alvo a abater.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É verdade!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Não querem regular coisíssima nenhuma.

Quarto, arranjam sempre uns movimentos que são sempre apartidários, depois põem lá pessoas a que chamam de ativistas, mas que depois são dos vossos partidos.

Quinto, nestes ativistas há sempre aves raras.

Voz da IL: — Ora!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — A última das quais até promoveu um referendo ilegal contra o alojamento local,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora, ora!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — ... tinha dois alojamentos locais em Alfama e, quando os jornalistas lhe perguntaram qual era a lógica disto, esta ave rara respondeu: «Não tenho de ser eu a entregar as casas que tenho».

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Sexto, usam falácias. Srs. Deputados, os Srs. Deputados dizem que a diminuição da oferta da habitação já era anterior ao fenómeno do AL (Alojamento Local).

O AL tira habitação, segundo os senhores; mas os escritórios, as clínicas, os institutos, as milhares de casas vazias, os impostos, a pouca construção nada tira à habitação.

Para o Bloco e para o Livre, o alojamento local está entregue aos perigosos especuladores multimilionários, quando a nível nacional 95 % dos titulares têm um ou dois registos de AL. A vossa ave rara está incluída nesta percentagem.

Mas o pior vem na escolha deliberada de ocultar a limpeza dos registos que está a ser feita, porque muitos destes dados que os Srs. Deputados apresentam dizem respeito a registos fantasma que, com a nova lei, estão a ser erradicados.

Portanto, desautorizar autarcas, usar informação falsa, perseguir pessoas, diabolizar setores de atividade é a única coisa que os Srs. Deputados sabem fazer, é a única coisa que a extrema-esquerda sabe fazer.

Aplausos da IL e de Deputados do PSD e do CH.

Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A petição hoje em discussão foi apresentada em julho de 2023 e, na altura, foi apresentada em defesa do setor do alojamento local e contra a proposta Mais Habitação do PS.

A esquerda, depois de produzir a maior crise da habitação alguma vez vivida em Portugal, precisava de um bode expiatório.

Protestos de Deputados do PS.

Não se trata do alojamento local contra a habitação; trata-se do PS contra o alojamento local. Esta é uma frase que foi dita, em audição, por uma das peticionárias, que não sei se está hoje aqui, da petição que hoje aqui discutimos, identificando a opção ideológica do PS e da esquerda.

Protestos de Deputados do PS, do L e do BE.

O PS e a esquerda fizeram do alojamento local o espantalho político para omitir a sua incapacidade para resolver os problemas da habitação e, em vez de apresentar soluções para aumentar a oferta da habitação, o PS recorreu à sua prática habitual: castigar os proprietários, penalizar os empresários e chegar mesmo ao ponto de criar impostos para castigar ainda mais o setor do alojamento local.

Em boa hora chegou o Governo da AD...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah...!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — ... para libertar o setor do alojamento local deste cerco socialista, eu diria mesmo desta frente popular contra este setor específico.

E a AD reestabeleceu a justiça no setor do alojamento local, acabou com a contribuição extraordinária, que era manifestamente discriminatória e inconstitucional; acabou com a suspensão das licenças; e acabou com a caducidade automática dessas mesmas licenças.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — E?...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Por isso, Srs. Deputados da esquerda, queria dizer-vos que o alojamento local não deve ser hostilizado como foi no vosso tempo. E hoje já não dizemos deixem este setor em paz, porque os senhores, felizmente, já não governam.

Mas quero dizer: obrigado ao alojamento local por tudo aquilo que contribuiu para o crescimento económico e para a criação de emprego...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Agora é que é!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em primeiro lugar, deixo um cumprimento aos cidadãos subscritores desta petição, que, aliás, foi entregue ainda durante a governação de maioria absoluta do Partido Socialista.

Quase três anos depois, duas legislaturas, dois Governos depois, não há dúvida, de facto, que hoje a situação está diferente da do momento da entrega da petição.

As principais diferenças estão no quadro legislativo e fiscal para o setor do alojamento local, em que o Governo do PSD e do CDS revogou várias das medidas do anterior Governo de maioria PS, e também na situação do País no que respeita à habitação, em que os preços estão ainda mais exorbitantes, há ainda mais pessoas despejadas e sem casa e a especulação está ainda mais descontrolada.

Desde o início, o PCP afirmou com clareza a sua posição: o alojamento local, tal como toda a atividade turística, não é todo a mesma coisa. Não podem ser tratadas da mesma forma uma microempresa de alojamento local em zonas livres de pressão urbanística e uma situação de total de sobrecarga, como sucede em muitas freguesias de Lisboa e do Porto, onde 50 a 70 % das habitações são convertidas em alojamento turístico, expulsando as pessoas dos seus bairros, retirando às casas a sua função habitacional e acentuando um problema que já é da maior gravidade.

Continuamos a afirmar que é mais do que errada, é criminosa essa política de favorecimento total ao negócio, em detrimento do direito à habitação e do direito à cidade.

Este fenómeno, que já foi chamado de «hotelarização», significa não só a conversão de milhares de casas, quer para alojamento local, quer para hotéis, convertendo, neste caso e em muitas vezes, quarteirões inteiros em unidades hoteleiras. Mas, curiosamente, continuam a ser poucos os que falam, além do PCP, desta entrega das cidades às cadeias de hotelaria.

Continuamos a dizer que tem de haver limites, que tem de haver sensatez e inteligência na abordagem a estes problemas, tem de haver um ponto final a estes controlos e tem de haver prioridades e a prioridade, desde já, tem de ser a defesa do direito à habitação.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Gonçalo Lage, do PSD.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, nós, desde logo, hoje temos duas excelentes notícias neste Plenário.

A primeira boa notícia é que tivemos mais de 19 000 peticionários a participar, uma petição bastante participada, que nos dirige, fundamentalmente, uma mensagem importante da atividade económica.

Em segundo lugar, também tivemos uma excelente notícia, que foi a de o Partido Socialista ter definitivamente abandonado as suas ideias do Mais Habitação e já ter referido aqui hoje que o problema da habitação não é o alojamento local.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — E, portanto, Sr. Presidente, o Livre e o Bloco trazem hoje a esta Câmara propostas que assentam num velho vício da esquerda, quando não conseguem resolver um problema complexo, escolhem um culpado simples.

Aplausos do PSD.

Desta vez, o culpado escolhido é o alojamento local.

Protestos do L.

Nos projetos que trazem hoje a esta Câmara não constroem uma única casa, não aumentam a oferta, não aceleram licenciamentos, nem promovem a reabilitação. Não resolvem o problema, procuram apenas encontrar um inimigo. E a isso deve ser dito com clareza: querem transformar uma atividade económica relevante num bode expiatório de uma crise de habitação.

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — É preciso subir?! É como o preço das casas, sempre a subir!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Mas a realidade não cabe nesta cartilha ideológica. O alojamento local não é apenas uma utilização de imóveis, é rendimento para as famílias, é investimento, é recuperação de património, é dinamização de centros urbanos e é também emprego, atividade económica e receita para o País.

Aplausos do PSD.

Quem ataca o alojamento local não ataca apenas proprietários, ataca uma cadeia de valor, ataca serviços de limpeza, de manutenção, lavandarias, restauração, comércio local, táxis, TVDE (Transporte Individual e Remunerado de Passageiros em Veículos Descaracterizados a partir de Plataforma Eletrónica), todo um conjunto de cadeia de atividade económica.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E convém recordar o essencial: os projetos das próprias esquerdas reconhecem que a de crise de habitação tem várias causas. Reconhecem isso mesmo, mas, no fim, escolhem sempre concentrar tudo numa cruzada contra o alojamento local.

Reconhecem um problema complexo e apresentam uma solução simplista. Essa é a marca de atuação da esquerda. É mais fácil hostilizar quem investe do que criar condições para construir; é mais fácil taxar do que reformar; é sempre mais fácil proibir e restringir do que encontrar soluções.

Aplausos do PSD.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, a habitação resolve-se com mais oferta, como o Governo está a fazer, com mais construção, com mais reabilitação, com mais previsibilidade e confiança para os investidores construírem. Não se resolve com perseguição política para setores que funcionam, não se resolve com a instabilidade regulatória e, muito menos, com uma política de castigo, como os senhores querem implementar.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — E é isto que o Livre e o Bloco aqui trazem, uma política de castigo.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Sr. Presidente, a esquerda tem permanentemente esta contradição, diz-se preocupada com o emprego, mas está sempre pronta para atacar quem cria emprego; diz-se preocupada com o rendimento das famílias, mas está sempre disponível para penalizar atividades que criam rendimento; diz-se preocupada com a economia local, mas a primeira resposta que a encontra é sempre proibir, restringir e limitar.

Sr. Presidente, o Livre e o Bloco apresentam apenas um ataque político a uma atividade económica relevante no nosso País e esse caminho que foi apresentado connosco não tem qualquer saída.

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem dois pedidos de esclarecimento. Para o primeiro, dou a palavra ao Sr. Deputado Frederico Francisco, do Partido Socialista.

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Gonçalo Lage caricaturiza a posição do PS, dizendo que o PS abandonou o Mais Habitação, mas o Sr. Deputado está completamente enganado.

Nem nós nunca diabolizámos o alojamento local,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Eh, pá! Até um imposto criaram!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — ... nem mudámos de posição.

Aplausos do PS.

Nós, simplesmente, reconhecemos que há um problema que precisa de ser resolvido, que os municípios têm de ter tempo para fazer os seus regulamentos e que, primeiro, é preciso parar para pensar.

O Sr. Deputado não tem tempo para responder, mas eu faço-lhe uma pergunta cuja resposta é óbvia.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Até um imposto criaram!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Sr. Deputado Gonçalo Lage, em resultado das medidas tomadas por este Governo, os preços das casas subiram ou aumentaram?

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Subiram! Subiram!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Estão a subir mais depressa ou mais devagar do que no tempo do Governo do PS?

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Subiram!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Estão a acelerar ou a desacelerar face ao Mais Habitação?

O Deputado do PSD Gonçalo Lage exibiu um gráfico.

Isso não é o preço das casas, Sr. Deputado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Gonçalo Lage, eu estava a ouvir a sua intervenção e, na verdade, também a ouvir a intervenção da Deputada Angélique Da Teresa, da Iniciativa Liberal, e só me lembrava de um ditado: «para quem porcos busca até as moitas roncam».

Isto porque, realmente, para quem não tem nenhuma proposta, absolutamente nenhuma proposta sobre habitação, ter de ocupar 3 minutos a criticar, a caricaturizar as propostas dos outros, diz muito.

Protestos do PSD e da Deputada da IL Angélique da Teresa.

Mas a pergunta aqui é muito simples. Eu não sei se por lapso ou não, mas a pergunta que o Deputado Frederico Francisco fez faz todo sentido: os preços das habitações aumentaram ou subiram?

Risos do L.

Protestos do Deputado do PSD Gonçalo Lage.

Porque, realmente, a resposta está dada: eles aumentaram mesmo! E como não tem nada para dizer, vem aqui atacar as propostas dos outros que, realmente, querem que os preços baixem, mas como não sabe, está à procura de moitas que ronquem.

Aplausos do L e do BE.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

Sr. **Presidente**: — Para que efeito em concreto, Sr. Deputado?

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Sr. Presidente, é uma interpelação inversa do normal. O Sr. Deputado Gonçalo Lage exibiu com constância um gráfico...

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — O que é isto?!...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, não, não, não. Contraditório, não. Sr. Deputado. Contraditório, não.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Sr. Presidente, para fazer uma interpelação à Mesa para pedir distribuição de um documento, por favor.

O Sr. **Presidente**: — Que documento? Comece por referir qual é o documento.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Sr. Presidente, é para entregar o documento que demonstra precisamente a evolução do número de licenças de alojamento local e a sua ligação com o preço da habitação.

O orador exibiu um gráfico.

Protestos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real.

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Qual é o preço das casas?

Protestos do PSD e contraprotestos do PS.

Srs. Deputados, dei a palavra à Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real.
Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Qual é o preço das casas?

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Muito obrigada, Sr. Presidente. Os portugueses já estão habituados a estes arrufos entre PS e PSD, que depois também se sentem na falta de resoluções para habitação.

Gostaria de saudar os peticionários que nos trazem este tema ao Parlamento, dando voz às famílias cujos rendimentos dependem do alojamento local e das atividades que com eles se cruzam.

Há, desde logo, pontos de convergência que importa reconhecer longe dos extremismos ideológicos, é que partilhamos a preocupação da necessidade de proteger os pequenos proprietários que veem no alojamento local o único rendimento que muitas vezes têm até fruto do trabalho de toda uma vida.

Reconhecemos também o papel que tiveram na dinamização económica, na reabilitação urbana e na valorização de muitos territórios.

Porém, é nosso dever igualmente olharmos para um quadro mais amplo, o impacto que o alojamento local, sobretudo o detido por fundos imobiliários e também pela especulação, teve no acesso à habitação por parte das famílias.

O que não compreendemos é que, ao longo de todos estes anos das políticas públicas, sucessivos Governos continuem a apontar baterias, única e exclusivamente, ao alojamento local, deixando de fora inúmeros quarteirões, que também têm pressão sobre a habitação, como é o caso da atividade hoteleira que continua a escorraçar as pessoas das suas cidades e que, no entanto, têm sido intocáveis nas políticas públicas.

Por isso, achamos que é com responsabilidade que se dá soluções para este problema e não com os extremismos do costume.

O Sr. **Presidente**: — Termina, com esta intervenção, o ponto três da nossa ordem de trabalhos.

Vamos dar início ao ponto quatro, que consiste na apreciação da Petição n.º 32/XVI/1.^a (Emanuel António Zambujo Boieiro e outros) — Pela revisão da tabela salarial dos enfermeiros, em conjunto com o Projeto de Lei n.º 560/XVII/1.^a (L) — Garante o pagamento integral dos retroativos devidos aos enfermeiros ao abrigo da Lei n.º 51/2025, de 7 de abril, na generalidade, e com os Projetos de Resolução n.ºs 766/XVII/1.^a (CH) — Pela justiça remuneratória dos enfermeiros e pela resolução nacional dos retroativos em dívida (2018-2021), 785/XVII/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que proceda à valorização salarial das carreiras de

enfermagem para o ano de 2028, 818/XVII/1.^a (PCP) — Valorização dos enfermeiros nas unidades públicas de saúde e 826/XVII/1.^a (BE) — Atualização da tabela salarial e valorização da carreira de enfermagem.

Pausa.

Já estamos em condições?

Burburinho na bancada do Grupo Parlamentar do PS.

Srs. Deputados, está aí um pequeno motim...

Aplausos e risos do CH.

Vamos usar isto com humor e *fair play*.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eurico, repara bem! Sais daí por 5 minutos e há logo um motim!

O Sr. **Presidente**: — Estão também peticionários a assistir aos nossos trabalhos, na galeria.

Para uma primeira intervenção, de apresentação do Projeto de Lei n.º 560/XVII/1.^a, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caros Concidadãos nas galerias: Quero começar por saudar os peticionários aqui presentes e as enfermeiras e enfermeiros que, através desta petição, voltam a trazer ao Parlamento um tema que conhecemos bem, o tema da valorização da carreira de enfermagem — uma valorização justa, coerente e adequada às responsabilidades que hoje lhes são exigidas.

Ao longo das últimas legislaturas, esta Assembleia discutiu várias vezes as injustiças da carreira especial de enfermagem e, em particular, a sua tabela remuneratória. Foram dados alguns passos e corrigidas situações pontuais, mas permanece o problema de fundo: a estrutura da tabela continua desatualizada e incapaz de refletir a complexidade funcional da profissão.

Este é um problema que não se resolve com remendos e soluções avulsas, mas que exige uma resposta clara por parte do legislador. Foi precisamente por isso que o Livre, na legislatura anterior, apresentou o Projeto de Lei n.º 60/XVI/1.^a, para eliminar as posições remuneratórias intermédias dos enfermeiros. Este trabalho deu origem à Lei n.º 51/2025, que pôs fim a estas posições e corrigiu uma parte das injustiças acumuladas ao longo de mais de uma década.

No entanto, ao fazer produzir efeitos apenas a partir de novembro de 2024, essa lei deixou por salvaguardar o pagamento dos retroativos devidos a muitos enfermeiros que já tinham sido colocados nessas posições nos anos anteriores. Na prática, mantêm-se desigualdades salariais entre profissionais com o mesmo tempo de serviço e as mesmas qualificações, o que contraria o objetivo que orientou o projeto de lei inicial.

O Livre já tentou corrigir este problema em sede de Orçamento do Estado para 2026, mas essa proposta foi rejeitada. É por isso que apresentamos agora um projeto de lei com o objetivo de completar o caminho iniciado com a Lei n.º 51/2025 e garantir que a correção das posições remuneratórias seja acompanhada do pagamento integral de todos os montantes em falta.

Não se trata de abrir um novo processo, trata-se de cumprir a valorização que esta Assembleia já aprovou. Valorizar as enfermeiras e os enfermeiros é, antes de mais, respeitar os compromissos que este Parlamento já assumiu perante eles.

Aplausos do L.

Entretanto, assumiu a presidência a Vice-Presidente Teresa Morais.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Cláudia Estêvão, do Grupo Parlamentar do Chega.

A Sr.^a **Cláudia Estêvão** (CH): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, Caros Concidãos nas galerias: O que discutimos hoje, aqui, é uma petição subscrita por mais de 76 000 cidadãos. Se não fosse pelo conteúdo, mais que não seja, pelo número já é para levar com seriedade o que aqui é exposto, nesta Câmara.

A petição identifica um problema concreto: uma tabela remuneratória desatualizada, com sobreposições entre categorias e com situações em que a maior complexidade funcional nem sempre encontra a devida correspondência remuneratória. Essa crítica é séria e foi suficientemente séria para impor negociações, discussão pública e alterações legislativas.

O Chega não ignora estes desenvolvimentos: houve um acordo com as estruturas sindicais, houve alteração remuneratória faseada e houve, também, a aprovação da Lei n.º 51/2025, já aqui mencionada, que efetivamente eliminou posições remuneratórias intermédias. Reconhecemos todo este desenvolvimento, mas reconhecer o que foi feito não impõe fingir que o problema ficou completamente resolvido, porque na realidade não ficou.

O que continua hoje em aberto é uma injustiça concreta, com efeitos na vida de muitos enfermeiros: a desigualdade na interpretação e no pagamento de retroativos devidos no âmbito do descongelamento das carreiras e da aplicação prática dos regimes aprovados. O que conseguimos ver, na realidade, foi a produção de uma iniquidade, porque profissionais em situações idênticas têm um tratamento diferente, conforme as instituições onde exercem funções. Portanto, é algo que tem de ser corrigido.

Passa a ser também um problema que diz respeito à boa administração, porque não faz sentido empurrar enfermeiros para os tribunais para obterem aquilo que deveria ser reconhecido de forma uniforme, administrativa e nacional. Isso gera litigância, desgaste e mais custos para o Estado.

É precisamente neste ponto que o projeto de resolução do Chega intervém. A nossa iniciativa propõe duas medidas concretas: uma orientação nacional, vinculativa, para todas as unidades locais de saúde e restantes entidades do Serviço Nacional de Saúde; e um mecanismo nacional de regularização administrativa e monitorização.

Portanto, o que aqui está em causa é encontrarmos um tratamento uniforme e, finalmente, encontrarmos justiça remuneratória. Os enfermeiros não querem palmas, os enfermeiros precisam de uma resposta que chegue a todo o País da mesma forma e que resolva o que permanece por resolver.

É por isso que o Chega apresenta esta iniciativa e é por isso que apelamos a todos os partidos nesta Câmara que a aprovem.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.^a Presidente, começo também por saudar os peticionários e agradecer o trabalho que fizeram. Apesar de esta petição ser de 2024, a verdade é que o seu conteúdo continua a manter-se atual, e, aliás, com sucessivas rejeições nesta Assembleia da República.

No entanto, o estado da saúde é o que todos conhecemos: milhões de pessoas sem médico de família, listas de espera para o atendimento no SNS que continuam a aumentar e os profissionais de saúde sem verem a sua profissão valorizada.

A situação dos enfermeiros é ainda mais preocupante. Segundo dados da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), Portugal é dos países que mais enfermeiros exporta, algo que confirma a qualidade destes profissionais e da formação que recebem em Portugal, mas que também é revelador das poucas perspetivas de futuro que encontram no nosso país.

Para inverter este caminho e assegurar a permanência de enfermeiros no Serviço Nacional de Saúde, é urgente proceder à sua valorização. Se é certo que, em 2024, conseguiram um aumento salarial muito reivindicado, quebrando uma espera de 14 anos, não é menos certo que este acordo prevê uma valorização apenas até 2027, algo que o PAN defende que não se deve esgotar neste ano.

Valorizar os enfermeiros deve ser feito de uma forma permanente e não pontual, sob pena de darmos um sinal errado a estes profissionais, de que apenas serão valorizados quando a contestação sobre o Governo aumentar. E porque defende que os profissionais devem ser valorizados durante todo o ano e não apenas quando há eleições, o PAN propõe que, em negociação com os representantes sindicais dos enfermeiros, seja acordada uma valorização salarial já prevista para a janela temporal de 2028.

Além disso, não esquecemos as reivindicações destes profissionais para cada categoria de enfermagem superior e defendemos que as negociações devem ter em conta que categorias com mais responsabilidades e com dificuldades acrescidas devem ter igualmente uma correspondência a valores remuneratórios superiores.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, creio que todos os Deputados desta Casa já teceram rasgados elogios aos enfermeiros, aos profissionais de saúde, pelo que está na altura de fazermos sair do papel estes mesmos elogios, que tantas vezes esbarram nas maiorias que se formam e, acima de tudo, governam.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Paula Santos, do Grupo Parlamentar do PCP.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo por cumprimentar os subscritores desta petição e dizer que, naturalmente, as questões que se prendem com a valorização dos enfermeiros no Serviço Nacional de Saúde, mas também nas demais instituições da Administração Pública onde exercem funções, é de uma grande importância, desde logo para a sua valorização, para garantirem os seus direitos.

Bem sabemos como os enfermeiros são um grupo profissional muito significativo no Serviço Nacional de Saúde e como são fundamentais para garantir a prestação de cuidados de saúde às populações.

Apesar do decreto-lei de 2024 que altera a carreira de enfermagem e a carreira especial de enfermagem, com a introdução de alterações na tabela remuneratória, subsistem injustiças nessa mesma tabela: a primeira posição remuneratória da carreira de enfermagem é inferior à de outros profissionais na área da saúde com qualificação idêntica; há enfermeiros especialistas que continuam a não ter a respetiva valorização salarial; atingir o topo da carreira continua a ser impossível, ou seja, para alcançar o topo da carreira seriam necessários 80 anos de exercício profissional.

A verdade é que, com este decreto, o Governo perdeu uma oportunidade para a resolução definitiva dos problemas com que os enfermeiros se confrontam. Perdeu uma oportunidade porque manteve injustiças e deixou um conjunto de problemas de fora, nomeadamente o pagamento de retroativos relativos às progressões na carreira, com efeitos a 2018; a atribuição de pontos referente a todo o tempo de serviço prestado, a todos os enfermeiros; ou, ainda, a compensação pelo risco e penosidade que estão associados à profissão.

É por isso que hoje também trazemos aqui uma iniciativa com um conjunto de recomendações que consideramos fundamentais, desde logo porque entendemos que deve ser privilegiado o processo de negociação coletiva, e, nesse quadro, devem ser removidas as injustiças da tabela remuneratória da carreira de enfermagem, assegurando uma efetiva valorização salarial, incluindo a implementação de um regime de dedicação exclusiva.

Consideramos também que deve ser garantidos, de uma vez por todas, o pagamento de retroativos relativos às progressões na carreira, com efeitos a 2018, a todos os enfermeiros; a atribuição dos pontos referentes a todo o tempo de serviço prestado desde janeiro de 2004; a integração na categoria de enfermeiro especialista de todos os enfermeiros detentores de título de enfermeiro especialista a 31 de maio de 2019; a atribuição, aos enfermeiros especialistas, da remuneração inerente a essa categoria, após a obtenção do título emitido pela Ordem dos Enfermeiros. É também importante, e por isso o propomos, que haja a devida compensação pelo risco e penosidade, incluindo a definição de um regime específico que garanta condições de acesso mais favoráveis à aposentação.

Termino como iniciei: valorizar os enfermeiros é fundamental, desde logo para garantir os direitos destes profissionais, mas é também condição para assegurar a prestação de cuidados de saúde aos utentes.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Em momentos de crise, como na pandemia, o País bateu palmas merecidas aos profissionais de saúde. Seja em momentos felizes, como nos nascimentos, ou nas horas mais difíceis, como nas doenças, as enfermeiras e os enfermeiros são uma peça fundamental de qualquer serviço de saúde.

A formação e a capacidade de trabalho dos enfermeiros portugueses é, aliás, reconhecida em todos os países da Europa. A forma como esse reconhecimento não existe da parte de sucessivos Governos portugueses tem sido um convite à perda destes profissionais.

Nos últimos meses têm-se multiplicado protestos dos enfermeiros. Lamentavelmente, a Ministra Ana Paula Martins disse mesmo que a greve dos enfermeiros era lamentável. Mas qualquer pessoa que se preocupe com a saúde dos portugueses só pode dizer que lamentável é o Governo não tratar com respeito e justiça os enfermeiros e as enfermeiras.

Quando os enfermeiros e as enfermeiras lutam pelos seus direitos, lutam, na verdade, pelo nosso direito coletivo a uma saúde de qualidade, a tempo e a horas. A valorização salarial não é um capricho profissional, é fundamental para manter e ampliar os quadros de enfermagem.

Porque será que os enfermeiros que saem de Portugal por razões económicas são tão bem acolhidos em tantos países europeus? É porque nós formamos e temos bons profissionais.

Não é justo que os profissionais se empenhem tanto para cuidar da nossa saúde e se mantenham com uma tabela remuneratória insatisfatória. Não é justo que o mérito do seu trabalho não seja reconhecido, mantendo-se tantos obstáculos à progressão na carreira.

É tempo de o Governo pagar a dívida que o País tem com os enfermeiros, em direitos, em salário, em reconhecimento, ao direito a uma vida digna.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Está inscrito para intervir, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o Sr. Deputado Vítor Guerreiro. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Vítor Guerreiro** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Estimados Cidadãos: Começo por saudar os subscritores da petição que estamos aqui a discutir, que apela à revisão da tabela salarial dos enfermeiros.

O Serviço Nacional de Saúde enfrenta hoje desafios estruturais que exigem respostas concretas e céleres, e, sem dúvida, uma delas é a valorização dos recursos humanos. Os profissionais de saúde são o rosto do SNS (Serviço Nacional de Saúde), a esperança de quem está em sofrimento. Ai dos cidadãos se não fosse o profissionalismo, a entrega, o espírito de missão e o humanismo destes profissionais!

Aplausos do PS.

Os enfermeiros estão sempre presentes, fazem de tudo para tratar, para salvar. Estes profissionais são o pilar do SNS e o Partido Socialista nunca deixou de reconhecer a importância do seu papel.

O anterior Governo do PS avançou com medidas concretas de valorização da carreira, como o acordo com os sindicatos de enfermagem sobre a forma de recuperação dos pontos e o descongelamento da progressão salarial, permitindo a alteração do posicionamento remuneratório de cerca de 20 000 enfermeiros e corrigindo, assim, um conjunto de injustiças acumuladas e anos de estagnação.

Há situações passíveis de serem melhoradas e importa perceber se a legislação recentemente aprovada, com uma eliminação das posições virtuais, está a ser devidamente aplicada.

Uma outra situação que merece a nossa atenção é o caso dos enfermeiros especialistas, que não têm refletidas na valorização da carreira as responsabilidades acrescidas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Vítor Guerreiro** (PS): — A posição do Partido Socialista é clara: valorizar quem cuida, consolidar o que já foi alcançado e prosseguir o trabalho de correção das assimetrias existentes, dando relevo às negociações entre sindicatos, estruturas representativas e profissionais.

Ouvir os enfermeiros é defender a melhoria de condições de injustiça profissional. É, acima de tudo, defender o SNS.

No Partido Socialista, estamos disponíveis para acompanhar com responsabilidade o processo de valorização dos profissionais. Defender os enfermeiros e os profissionais de saúde é, acima de tudo, garantir que são cumpridos os compromissos já assumidos; é cuidar dos cidadãos; é defender Portugal.

Grato pela vossa atenção.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, para uma intervenção.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Esta petição traz à Assembleia uma reivindicação justa, séria e impossível de ignorar, que é a revisão da tabela salarial dos enfermeiros.

O que hoje existe é uma estrutura remuneratória desatualizada, desajustada e, em muitos casos, injusta. Não faz sentido que categorias com a mesma responsabilidade, mais exigência e maior complexidade funcional não tenham o devido reconhecimento remuneratório. Isto desvaloriza a carreira, desmotiva os profissionais e fragiliza o nosso Serviço Nacional de Saúde.

Estamos a falar de homens e mulheres que sustentam o SNS todos os dias, que asseguram cuidados, que carregam o sistema às costas e que continuam a ser chamados ao sacrifício enquanto o Estado tarda em fazer justiça. Por isso, valorizar os enfermeiros não é um favor, é uma obrigação: pela dignidade da profissão, pela qualidade dos cuidados e pela defesa do nosso Serviço Nacional de Saúde.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra para intervir, pelo Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, a Sr.^a Deputada Joana Cordeiro.

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo por cumprimentar os mais de 76 000 subscritores desta petição, em particular o enfermeiro Emanuel Boieiro, seu primeiro subscritor, que nos trazem hoje uma reivindicação mais do que justa, e cumprimentar também todos os enfermeiros que todos os dias fazem o nosso sistema de saúde funcionar.

Não há saúde sem enfermeiros, não há SNS sem enfermeiros. Assim, valorizar a carreira de enfermagem não é um mero detalhe administrativo; é falar de acesso, é falar de capacidade de resposta do sistema, é falar da qualidade dos cuidados de saúde que são prestados aos cidadãos.

Os problemas que hoje discutimos não são novos, arrastam-se há anos: desigualdades, falta de progressão, falta de reconhecimento do mérito, perda de atratividade. Não faz sentido que carreiras com maior especialidade, muita complexidade funcional e maiores responsabilidades não tenham uma correspondência remuneratória clara. Não faz sentido que persistam dúvidas, erros, distorções ou desigualdades. E não faz sentido que existam trabalhadores a depender de interpretações casuísticas, de instituição para instituição, ou que até se vejam forçados a recorrer aos tribunais para verem reconhecido aquilo a que têm direito.

Mas também é preciso dizer que não é só com proclamações que se resolvem os problemas e que se valorizam verdadeiramente os enfermeiros. Valorizar os enfermeiros é corrigir injustiças remuneratórias, é reconhecer a especialização e a progressão na carreira como uma verdadeira e justa avaliação do desempenho. É reconhecer o bom desempenho e o mérito, é pagar o que é justo, mas também é criar condições de trabalho dignas, dar mais autonomia às instituições e construir um sistema de saúde capaz de atrair e reter profissionais.

Importa ainda dizer que é ao Governo que cabe negociar as carreiras e as tabelas salariais e criar todas as condições para uma verdadeira valorização dos enfermeiros. A Assembleia da República pode recomendar, pode acompanhar, pode escrutinar, mas não deve substituir-se ao Governo nesse processo.

Portugal não pode continuar a formar excelentes enfermeiros para depois os empurrar para fora do SNS, para fora do sistema de saúde ou para fora do País.

Por isso, a Iniciativa Liberal estará sempre do lado das soluções que corrijam os erros e as injustiças existentes, mas que o façam com coerência e sem criar novas desigualdades, e do lado de todas as soluções que permitam construir uma carreira mais digna, mais justa e mais atrativa no futuro.

Aplausos da IL.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção pelo Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra a Sr.^a Deputada Liliana Fidalgo.

A Sr.^a **Liliana Fidalgo** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo por saudar os peticionários e agradecer o seu contributo. A petição que hoje debatemos traz um tema incontornável: a valorização da carreira de enfermagem e a correção de distorções que se foram acumulando ao longo dos anos.

Estou certa de que estamos todos unidos no reconhecimento desta reivindicação. Por isso, importa desde logo separar factos de narrativas políticas.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Liliana Fidalgo** (PSD): — O facto é simples: há situações em que a estrutura remuneratória não reflete de forma coerente o nível de responsabilidade e exigência da profissão. Esse é um problema real e o PSD reconhece-o.

Portugal forma excelentes profissionais e continua a ter dificuldade em retê-los. Esta não é apenas uma questão laboral, é uma questão estrutural para o futuro do SNS.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Liliana Fidalgo** (PSD): — Importa destacar que o Governo da AD já deu passos concretos na valorização da carreira de enfermagem, corrigindo várias injustiças e promovendo progressões relevantes.

Quero recordar aos Srs. Deputados o Decreto-Lei n.º 111/2024,...

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Muito bem lembrado!

A Sr.^a **Liliana Fidalgo** (PSD): — ... que veio, pela primeira vez em mais de uma década, introduzir um processo estruturado de valorização da carreira de enfermagem, que se encontra em curso.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É que governar, meus senhores e minhas senhoras, é um ato contínuo que exige avaliar consequências, definir prioridades e garantir sustentabilidade.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o que está em causa é uma revisão estrutural com impacto permanente, porque decisões destas criam precedentes, geram expectativas e exigem coerência. Por isso, o PSD mantém a sua coerência, sempre disponível para analisar melhorias, quando as identifica, num processo faseado, negociado com as estruturas sindicais e alinhado com a capacidade financeira do País. Não resolve tudo, mas estabelece um caminho.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, a diferença hoje não está no diagnóstico — esse é partilhado —, a diferença está na resposta, entre soluções fáceis sem garantias de execução e um caminho responsável assente na negociação e na sustentabilidade.

O que defendemos é valorizar a carreira de enfermagem, corrigir injustiças e responder ao desafio da retenção, mas com coerência e com responsabilidade, porque o País precisa de dar sinais, mas precisa,

sobretudo, de garantir que esses sinais são credíveis e duradouros. É nesse equilíbrio entre justiça e responsabilidade que nos posicionamos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do Grupo Parlamentar do CDS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quero, em primeiro lugar, em nome do Grupo Parlamentar do CDS, cumprimentar os peticionários e todos os enfermeiros portugueses e dizer que a data de entrada desta petição na Assembleia da República é uma data importante porque marca exatamente o que estava em causa.

Esta petição, que entrou mais ou menos na mesma altura em que o Governo da AD ganhou eleições e entrou em funções, baseava-se naquilo que era a realidade dos enfermeiros em Portugal: mais de 10 anos sem qualquer atualização da remuneração, sem revisão de carreiras, com a saúde mental dos nossos enfermeiros a degradar-se, com vencimentos muito mais baixos quando comparados com a média europeia na mesma profissão e com a incapacidade que tínhamos, perante toda essa realidade, em manter no Serviço Nacional de Saúde muitos dos enfermeiros que lá estavam e em atrair para ele aqueles que se iam formando.

É verdade que, dois anos depois, não está tudo resolvido, mas é verdade também que, dois anos depois, está tudo completamente diferente do que estava nesse momento.

Se, entre 2010 e 2024, não aconteceu nada, entre 2024 e 2026 aconteceu: houve uma atualização, houve um processo; há um processo que está neste momento em curso, até 2027; houve negociações e continua a haver negociações — isto temos de dizer, com toda a frontalidade, aos peticionários.

Há uma diferença substancial entre fazer um caminho para resolver os problemas e ser transparente e andar constantemente a empurrar os problemas. O Partido Socialista teve oito anos — oito anos! — para poder resolver esta situação. Não resolveu.

Neste momento, há ainda um grande desafio, principalmente para se conseguir dar dignidade aos enfermeiros portugueses para que se mantenham na profissão e optem por ficar em Portugal, em relação a outras hipóteses que têm. Mas, como disse há pouco, está substancialmente diferente daquilo que estava quando assumimos funções, e certamente estará ainda melhor quando concluímos este mandato.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Não temos mais inscrições...

Pausa.

O Sr. Deputado Pedro Pinto pediu a palavra para uma intervenção. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: No final destas intervenções, desta petição, chegámos a uma conclusão. Os enfermeiros que estão a assistir ouviram palavras bonitas, foi dito que os enfermeiros são necessários para o SNS, que os enfermeiros também salvam vidas — e é verdade!

Deixem-me dizer-vos que uma vida não tem preço. Ao contrário do que diz o Governo, que está sempre preocupado com o dinheiro — «Ai, quanto é que vamos aumentar?» —, uma vida não tem preço! E os senhores têm de pensar nisso definitivamente, porque primeiro temos de dar condições de vida e condições de trabalho, quer aos enfermeiros quer aos médicos, e é isso que os senhores não têm feito.

Aplausos do CH.

Aquilo que gostávamos de saber, quer da parte do PS, que é responsável por aquilo que está a passar, quer da parte do PSD, é se os senhores vão votar a favor ou contra estas propostas! Particularmente em relação à nossa proposta, que repõe dignidade na resolução salarial dos reactivos de dívida entre 2018 e

2021. É isso que os enfermeiros querem saber! Agora, palavras bonitas?! Eles estão fartos disso, meus amigos.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Embora haja ainda alguns tempos remanescentes, não há inscrições e, portanto, vou presumir que podemos passar ao quinto ponto da nossa ordem de trabalhos, que consiste na apreciação da Petição n.º 45/XVII/1.^a (Eda Gonçalves Alves e outros) — Implementação do modelo belga de terapia fágica em Portugal, juntamente com os projetos de resolução n.ºs 784/XVII/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que fomente o estudo de terapias alternativas e complementares ao uso de antibióticos, designadamente a terapia fágica, 815/XVII/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo a implementação efetiva e coordenada da terapia fágica em Portugal, com base na Deliberação n.º 112/CD/2024, do Infarmed, 827/XVII/1.^a (BE) — Promover o tratamento de infeções resistentes aos antibióticos e 830/XVII/1.^a (L) — Recomenda ao Governo o acompanhamento da aplicação da Deliberação n.º 112/CD/2024 do Infarmed relativa à terapia fágica.

Está inscrita para uma intervenção, por ser autora de um projeto de resolução, a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr.^a Presidente, começo por saudar os peticionários também.

Refiro que a crescente resistência antimicrobiana tem sido um dos maiores desafios de saúde pública em Portugal. Todos os anos, infeções que outrora eram tratáveis têm-se tornado mais difíceis de combater, colocando em risco as vidas humanas e pressionando de forma significativa o nosso Serviço Nacional de Saúde.

Perante este cenário, não podemos ficar presos apenas às soluções do passado. É nossa responsabilidade explorar com rigor científico e prudência novas abordagens terapêuticas que possam complementar ou, em alguns casos, substituir o uso excessivo de antibióticos.

É neste contexto que surge a terapia fágica, uma abordagem inovadora que permite um tratamento altamente direcionado, com menor impacto no microbioma e sem efeitos sistémicos associados a muitos antibióticos.

Embora ainda em desenvolvimento e sem plena harmonização na Europa, esta terapia já apresenta resultados promissores, especialmente em infeções crónicas e multirresistentes, pelo que o PAN vem propor hoje que precisamente se estude, avalie e acompanhe a evolução científica nesta área, que se olhe para experiências internacionais, que se envolvam as universidades, os centros de investigação e as unidades de saúde e que se prepare o futuro para uma melhor evidência.

Parece-nos que este é, sem dúvida, um passo necessário para garantir que o sistema de saúde esteja preparado para os desafios que já chegam e também para os que estão por vir. Não nos podemos esquecer que já tivemos pandemias, do ponto de vista global, que tornam, cada vez mais, o nosso sistema imunitário resistente não só aos antibióticos, mas também ao plano vacinal.

Por isso mesmo, estamos aqui a falar de alternativas, como é o caso da terapia fágica, que pode constituir, efetivamente, um robustecimento daquilo que é o nosso conhecimento científico, mas, acima de tudo, da capacidade de resposta e da preparação face àquilo que possa ser uma maior capacidade de resistência e um uso complementar ao uso do antibiótico.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — São as bactérias, não é o sistema imunitário! Faz falta ciência!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a Sr.^a Deputada Eurídice Pereira, para uma intervenção.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É negacionista!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Negacionistas são vocês!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Seis intervenções sem falar em touradas!

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Só um segundo, Sr.^a Deputada.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, os apartes estão um bocadinho altos para se poder ouvir a próxima oradora.

Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Eurídice Pereira** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Saúdo os quase 8000 peticionários, nas pessoas de Eda Alves e Clara Casimiro, ambas pacientes, e na investigadora Joana Azeredo, que estiveram connosco na audição de peticionários. Não só as saúdo, como expreso reconhecimento pela causa que prosseguem.

A luta pela implementação do modelo belga de terapia fágica em Portugal é a busca da validação desta terapia como medida estratégica e alternativa promissora, num País que apresenta, no contexto europeu, uma das mais expressivas taxas de prevalência de infeções resistentes aos antibióticos.

A implementação na Bélgica, já lá vai quase uma década, teve, com sucesso, o propósito de responder a casos de infeções bacterianas multirresistentes, complementando ou substituindo os tratamentos tradicionais com antibióticos. Estamos perante uma arma no combate ao problema cada vez maior de resistência a antibióticos.

A apresentação desta petição reflete a preocupação crescente em Portugal com a resistência antimicrobiana e a necessidade de soluções terapêuticas alternativas. É um tratamento personalizado, numa terapia mais direcionada, que não contribui para o desenvolvimento de resistências, o que constitui, aliás, um drama para quem fica resistente aos antibióticos.

A Organização Mundial da Saúde estima que morrem cerca de 700 000 pessoas por ano de doenças infecciosas causadas por bactérias resistentes. Se esta tendência se mantiver, a estimativa da Organização Mundial da Saúde aponta para 10 milhões de mortes anuais causadas por doenças infecciosas resistentes a antibióticos, em 2050. A verdade é que a resistência a antibióticos é um problema crescente de saúde pública.

Depois de anos de avaliação, foi com agrado que se recebeu a publicação, em 2024, de uma deliberação do Infarmed (Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde) que constitui uma norma orientadora que permite enquadrar a utilização de medicamentos manipulados para terapia fágica em contexto hospitalar. Este enquadramento representa um sinal importante de abertura regulatória, prudência técnica e compromisso com a inovação terapêutica. O exagerado tempo de apreciação da petição que hoje apreciamos encontrou compensação nesta deliberação do Infarmed.

Assim, o nosso projeto de resolução não é mais nem menos do que um contributo que resulta da análise comparativa da deliberação e do modelo belga de terapia fágica. Recomendamos ao Governo a apreciação de um conjunto de aspetos que poderão ser melhorados. Trata-se de um contributo para que a terapia fágica possa deixar de ser apenas uma possibilidade teórica e passe a constituir uma resposta efetivamente utilizável em contexto clínico, com segurança e responsabilidade.

Quanto à implementação prática, considera-se crucial que o processo de validação pelas comissões hospitalares seja ágil e eficiente. Evidentemente, é para nós particularmente importante que seja também um processo de equidade entre todos aqueles que necessitam este tratamento.

Portanto, é com muita satisfação que apresentamos a nossa iniciativa, que é um passo muito, muito importante na implementação em Portugal da terapia fágica.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda, para uma intervenção.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Peticionários: Portugal é um dos países europeus com maior prevalência de infeções por bactérias resistentes a antibióticos, um problema grave que afeta doenças reais que aguardam tratamento, muitas vezes, sem alternativa.

A ciência, porém, abriu uma porta promissora: a terapia personalizada com bacteriófagos. Na Bélgica, o Hospital Militar Rainha Astrid já pratica, com resultados concretos, o modelo em que os fagos são tratados com ingredientes farmacêuticos prescritos e preparados à medida de cada paciente.

Em Portugal, a parceria entre a Universidade do Minho e esse hospital belga já permitiu tratar alguns doentes. O Infarmed já autorizou o uso hospitalar desta terapia em determinadas circunstâncias. Estamos no caminho certo, e isso é bom, mas ainda não chegámos onde precisamos.

Os custos continuam elevados, porque dependemos do banco de fagos belga, e isso tem de mudar. A boa notícia é que pode mudar. É por isso que propomos que o Governo português apoie a criação de um banco nacional de fagos terapêuticos, invista na investigação e dote o Serviço Nacional de Saúde das ferramentas necessárias para combater estas infeções.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Patrícia Gonçalves, do Grupo Parlamentar do Livre.

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Caras e Caros Peticionários: A Petição n.º 45/XVI/1.^a, sobre a implementação do modelo belga de terapia fágica em Portugal, traz um contributo relevante da sociedade civil para o debate sobre novas respostas à resistência antimicrobiana, destacando a necessidade de explorar, de forma responsável, alternativas terapêuticas como a terapia fágica.

Saudamos os peticionários pelo trabalho desenvolvido e pela atenção dada a um tema crítico para a saúde pública.

O diagnóstico é o de que a resistência aos antibióticos constitui uma das principais ameaças globais à saúde e exige a procura de soluções alternativas, sobretudo em casos de infeções graves e resistentes. O papel desta terapia fágica surge como uma opção terapêutica complementar, e a evidência científica disponível aponta para um perfil de segurança globalmente favorável.

Em Portugal, foi dado um passo relevante, com a Deliberação n.º 112/CD/2024 do Infarmed, que permite a utilização desta terapia em contexto hospitalar, aplicando-se a doentes selecionados, quando as terapêuticas convencionais são insuficientes, e define condições de preparação, utilização e monitorização desta terapêutica.

Portanto, a questão central aqui não é criar enquadramento, mas garantir a aplicação efetiva desta terapia no Serviço Nacional de Saúde.

As prioridades de implementação são assegurar que os hospitais disponham de orientações claras e operacionais, que seja recolhida sistematicamente a informação dos dados clínicos e que se promova a transparência e a disponibilização dessa informação.

É necessário ainda que haja coordenação institucional, reforçando a articulação entre o Infarmed, a Direção-Geral da Saúde e os hospitais do Serviço Nacional de Saúde.

É preciso harmonizar critérios clínicos e assegurar qualidade e segurança, alinhando com iniciativas e práticas a nível europeu.

Hoje, apresentamos um projeto de resolução para acompanhar a implementação desta deliberação do Infarmed e monitorizar a aplicação da terapia fágica no Serviço Nacional de Saúde.

É preciso garantir que haja uma aplicação segura da terapia fágica, regulada e eficaz, e também que ela possa ser disponibilizada como alternativa aos utentes que não têm outras opções terapêuticas.

Aplausos do L.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — O Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, tem a palavra, para uma intervenção.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Há momentos em que a política é posta à prova, e este é um desses momentos.

Estamos a falar de doentes concretos, com nome, com rosto, com sofrimento real, que vivem anos presos a infeções resistentes, a ciclos sucessivos de antibióticos, em internamentos, a desgaste físico e emocional, enquanto o Estado continua a arrastar os pés.

A petição é clara: existe uma alternativa terapêutica, com resultados, existe experiência internacional, existe conhecimento científico em Portugal e existem até portugueses que já beneficiaram dessa terapêutica, fora do enquadramento nacional.

O que falta, na verdade, não é ciência; o que falta é decisão, o que falta é coragem política.

A pergunta que fica é simples: quantos mais doentes têm de esperar, quantos mais têm de piorar, quantos mais têm de ouvir «não é possível», porque a máquina do Estado chega sempre tarde à vida das pessoas?

Por isso, esta Assembleia tem o dever de exigir ao Governo ação imediata para implementar, sem mais desculpas, sem adiamentos, a terapia fágica em Portugal, porque quem sofre não pode continuar a esperar mais.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Está inscrita, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal.

Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Começo por cumprimentar os petionários e todos os que trouxeram este tema a debate.

A discussão de hoje parte de um problema que é real e que é muito sério: a resistência aos antibióticos. Quando os tratamentos convencionais deixam de ser suficientemente eficazes para alguns doentes, dada a crescente resistência antimicrobiana, é natural que olhemos para soluções potenciais alternativas ou complementares, como a terapia fágica.

Não vale a pena fingirmos que este é um tema simples, porque não é. É um tema técnico, exigente, que deve ser acompanhado com toda a prudência, com evidência e com segurança.

Neste momento, já se verificou um avanço muito importante com a deliberação do Infarmed, que esclareceu o enquadramento para a utilização hospitalar desta terapêutica, por isso, a questão agora já não é propriamente teórica. A questão é a de perceber se há, ou não, mais acesso para os doentes que dela podem precisar, e é aqui que este debate faz todo o sentido.

Neste momento, é preciso garantir segurança, qualidade, validação, critérios clínicos claros, articulação entre entidades e menos bloqueios burocráticos, porque, em saúde, a inovação não pode ficar parada por inércia do sistema. O Estado deve garantir os melhores tratamentos com segurança e rigor, sim, mas não pode nunca ser um obstáculo quando estão em causa doentes com poucas alternativas terapêuticas.

Portanto, para a Iniciativa Liberal, é essencial que as pessoas tenham acesso atempado aos cuidados de saúde de que precisam, aos melhores cuidados de saúde que existem, que a inovação não fique presa na burocracia e que o sistema de saúde seja capaz e saiba mobilizar o conhecimento, a investigação e a capacidade instalada, para dar respostas concretas a quem já não pode esperar mais.

Aplausos da IL.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, pelo Grupo Parlamentar do Chega, a Sr.^a Deputada Sandra Ribeiro.

A Sr.^a **Sandra Ribeiro** (CH): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: Vivemos um momento crítico da medicina moderna. A era dos antibióticos, que salvou milhões de vidas no último século, está a ser ameaçada por uma pandemia silenciosa: a resistência antimicrobiana. As bactérias evoluíram e tornaram-se superbactérias, e as nossas armas convencionais estão a falhar.

Não podemos ficar parados enquanto procedimentos simples, como, por exemplo, uma simples cirurgia, podem tornar-se fatais. É aqui que entra a terapia fágica. Estamos a falar de utilizar bacteriófagos, vírus que existem na natureza, com o único propósito de atacar e destruir bactérias específicas, sem prejudicar as nossas células ou a nossa flora benéfica.

Esta não é uma ideia nova, mas é uma ideia que o futuro exige. Defender a implementação da terapia fágica em Portugal não é apenas uma escolha científica, é um imperativo político e humanitário.

Em primeiro lugar, precisamos de coragem política para adaptar o nosso quadro regulatório. Como vimos recentemente, com as normas orientadoras do Infarmed, estamos a dar os primeiros passos para permitir preparações magistrais em contexto hospitalar, mas precisamos de ir mais longe, agilizando o acesso e a produção personalizada.

Em segundo lugar, é necessário investir em investigação e infraestruturas. Portugal tem centros de excelência que podem liderar a produção de biobancos de fagos, criando tratamentos à medida para cada doente, quando os antibióticos já não funcionam.

E, em terceiro lugar, é necessário garantir a sustentabilidade do nosso sistema de saúde. Tratar uma infeção crónica resistente custa milhares de euros e meses de internamento. A terapia fágica é uma solução de precisão que devolve autonomia ao doente e eficiência ao Estado.

A ciência já nos deu o caminho. Cabe-nos, como decisores políticos, abrir as portas. Não podemos permitir que a burocracia seja o entrave à sobrevivência de um ser humano. A adoção deste modelo pode melhorar o tratamento de doentes, reduzir custos ao SNS e responder à crescente procura, que atualmente não é satisfeita.

Srs. Deputados, vamos investir na terapia fágica, pela saúde de todos nós e pelo futuro da nossa medicina.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, pelo Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Seabra.

A Sr.^a **Joana Seabra** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Peticionários: A resistência aos antimicrobianos é hoje uma das maiores ameaças à saúde pública global. Não é um problema do futuro, é uma realidade clínica diária que já condiciona decisões terapêuticas, aumenta a morbilidade e pressiona o Serviço Nacional de Saúde.

É neste contexto que surge o debate sobre a terapia fágica. Falamos de uma abordagem inovadora, baseada na utilização de bacteriófagos, vírus que infetam especificamente bactérias, com potencial particular em situações de infeções multirresistentes, em que as opções terapêuticas são limitadas ou inexistentes.

No entanto, importa sermos claros: a terapia fágica é promissora, mas ainda está em desenvolvimento. Persistem desafios relevantes a nível da padronização, da produção, do controlo de qualidade e, sobretudo, da evidência clínica robusta, nomeadamente em ensaios clínicos de larga escala. É precisamente por isso que Portugal não está parado, está a agir com prudência.

Através da Deliberação n.º 112/CD/2024, do Infarmed, foi já criado um enquadramento que permite a utilização excecional da terapia fágica em meio hospitalar, sob a forma de preparações magistrais, com responsabilidade médica, controlo farmacêutico e supervisão regulamentar. Ou seja, temos hoje um modelo que permite tratar, quando clinicamente justificado, sem comprometer a segurança, a qualidade e o rigor científico.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, as iniciativas em apreciação refletem uma preocupação legítima e crescente com a resistência aos antibióticos e com a necessidade de explorar novas soluções terapêuticas. Essa preocupação deve ser valorizada, mas importa também garantir que qualquer evolução nesta área siga um caminho sustentado na evidência, na avaliação progressiva e na capacidade real de resposta do sistema de saúde. A inovação em saúde exige ambição, mas exige também método. E método significa avaliar, testar, monitorizar e só depois expandir.

Se queremos enfrentar a resistência aos antibióticos, não basta procurar alternativas, é essencial usar melhor o que já temos. Isso implica prescrever antibióticos apenas quando indicado, escolher o fármaco adequado, na dose e duração corretas, investir na prevenção da infeção, na vacinação e no controlo da transmissão e reforçar uma cultura de responsabilidade clínica e de saúde pública.

No fundo, combater a resistência antimicrobiana não é fazer mais, é fazer melhor, e essa é a linha que deve orientar a nossa ação.

Termino com uma convicção simples: a inovação em saúde não se mede pela velocidade com que avançamos, mas pela segurança com que chegamos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para uma intervenção, está inscrito o Sr. Deputado João Almeida, do Grupo Parlamentar do CDS.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Cumprimentando, em primeiro lugar, os peticionários, obviamente, vou reiterar tudo aquilo que já foi dito.

Já foi amplamente explicado por todos os grupos parlamentares o que está em causa: nós temos um problema grave — nós, não só o País, mas todo o mundo — de resistência à aplicação de antibióticos e de incapacidade de os antibióticos, hoje em dia, responderem a muitas situações a que responderam durante muitos anos.

Portanto, obviamente, vai-se procurando investigar e encontrar novas soluções que permitam uma resposta, num combate que, neste momento, é claramente desigual.

A terapia fágica é uma das formas de tentar contornar esta resistência aos antibióticos. Nesse sentido, o que a petição pede é algo que já foi feito: o Infarmed, em novembro do ano passado, aprovou a utilização deste tipo de terapia, para já, em meio hospitalar e mediante determinadas condições, que é o que deve ser feito.

Estamos a falar de uma terapia que está, também ela, em desenvolvimento, portanto, o que faz sentido é, em primeiro lugar, abrir a possibilidade da sua utilização, permitir que quem esteja nesta situação de resistência a antibióticos possa beneficiar desta terapia, ir acompanhando o seu desenvolvimento e ir adaptando a regulamentação e a possibilidade de utilização a esse desenvolvimento.

Esperamos que, assim, se consiga também ajudar muita gente que, de facto, tem um problema, não só de saúde, mas também de olhar para uma doença e não ver solução.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Está agora inscrita, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Paula Santos, do Grupo Parlamentar do PCP.

Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quero, também, começar por dirigir um cumprimento aos subscritores desta petição, aos primeiros peticionários.

Esta petição versa sobre um tema que é amplamente reconhecido, sobre os problemas que causa e os problemas que também existem no nosso País, porque a verdade é que se tem identificado, nos últimos anos, um aumento à resistência aos antibióticos. É verdade também que, infelizmente, há cidadãos que acabam por falecer exatamente por infeções bacterianas, e não tem havido soluções efetivas, dada esta resistência aos antibióticos.

Aquilo que a evidência científica nos demonstra como alternativa a este problema, para o debelarmos, exige, de facto, acompanhamento, investigação, estudo e desenvolvimento. Registamos este avanço que já foi dado no nosso País, com a aprovação da orientação por parte do Infarmed que, em condições muito concretas e específicas, permite o recurso à terapia fágica em meio hospitalar, mas reconhecemos também que é importante garantir a segurança e a qualidade relativamente às respostas efetivas.

Consideramos que este é o percurso que deve ser feito no futuro: avançar, naturalmente, do ponto de vista do desenvolvimento, da investigação, para assegurar efetivamente aquilo que é necessário, a segurança e a qualidade dos tratamentos, para garantir aos doentes no nosso País alternativas do ponto de vista clínico para debelar este problema que se prende com a resistência antimicrobiana.

São necessárias, de facto, estas respostas, portanto, queríamos deixar aqui expressa esta nossa posição e também esta nossa preocupação com o acompanhamento dos avanços que é necessário continuar a fazer.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Não temos mais inscrições, portanto, podemos dar por terminado o quinto ponto da nossa ordem do dia.

Pedem-nos que lembremos às Sr.^{as} e aos Srs. Deputados que receberam um convite para, no âmbito da Agenda Cultural do Parlamento, poderem assistir, querendo, a uma atuação de *breaking* — uma modalidade que certamente as Sr.^{as} e os Srs. Deputados conhecem bem, que se tornou olímpica nos Jogos de Paris de 2024 —, que terá lugar já de seguida, na Sala do Senado.

Quanto às nossas reuniões, a próxima será amanhã, sexta-feira, às 10 horas, com a ordem do dia que está já distribuída e disponível para consulta nos lugares institucionais da Assembleia da República.

Muito obrigada, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Até amanhã.

Eram 17 horas e 53 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.